AS ARTICULAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS REGIONAIS: SUGESTÕES METODOLÓGICAS

Rosélia Piquet Martim O. Smolka
Rainer Randolph David Vetter

Agosto/1983

Relatório elaborado pelo Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - PUR/UFRJ - para o Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro - PIMEB - do Ministério de Minas e Energia

Rio de Janeiro em, agosto de 1983

Obs.: É vetada a reprodução ou citação do presente texto sem a autorização dos autores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - PUR
Edifício da Reitoria - 5º andar - sala 543
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro
CEP.: 21.910 RJ Fone: 230-9800 Ramal 224

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

ÍNDICE

pags.

Apresentação

1. Premissas do Trabalho

1.1. O problema da regionalização 01/03

1.2. A regionalização adotada no presente trabalho 03/06

1.3. Fundamentos metodológicos da análise regional 06/11

2. Contextualização Histórica do Caso Brasileiro

2.1. Os subsistemas regionais e suas relações 12/18

2.2. Questões atuais 19/21

3. Análise das Articulações Sócio-Econômicas Regionais

3.1. Subsistemas de Informações 22/25

3.2. Organização dos Blocos Analíticos 25/29

3.3. Detalhamento dos Blocos Analíticos 30

3.3.1. A região enquanto representação nacional (BA I) 30/33

3.3.2. Os determinantes nacionais sobre a sócio-economia regional (BA II) 34/35

3.3.3. Os determinantes inter-regionais (BA III) 35/43

3.3.4. Relações intra-regionais (BA IV) 44/50

4. Orientação quanto a elaboração dos Relatórios Regionais

4.1. O uso de dados secundários na análise regional 51/53

4.2. Apresentação do PLano Tabular Básico 53/66

4.3. Sugestões de Tabelas a serem montadas 67/77

Bibliografia

APRESENTAÇÃO

Ao aceitarmos o convite para participar do Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro (PIMEB) do Ministério das Minas e Energia sabiamos que estávamos enfrentando um desafio.

Desafio porque teríamos de elaborar um Manual que orientasse a compreensão do funcionamento da sócio-economia regional sob condições de restrição. Restrição de tempo, financeira e conceitual.

Em poucas semanas, praticamente sem recursos financeiros, deveríamos conceber um manual aplicável do Amapá ao Rio Grande do Sul, ou seja, a todas as Unidades da Federação.

Os Estados brasileiros poderiam ser considerados "regiões"? Evidentemente, do ponto de vista sócio econômico, não.

Mas, o que é uma região? Como analisar tais Estados ou regiões? Porém, independentemente das possíveis respostas a estes questionamentos estávamos submetidos, pelo PIMEB, ao referencial de análise pré-estabelecido: as Unidades da Federação.

Portanto deveríamos trabalhar com cortes regionais arbitrários, não necessariamente coincidentes com os cortes sócio-econômicos e, ainda, apresentando características de grande diversidade. No entanto, o manual deveria ser um só.

Além do mais uma "Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Regiões" abrange um campo extenso e complexo,que compreende uma gama de enfoques teóricos e técnicos tão amplos quanto a teoria do desenvolvimento nacional. Seria por isso simplificar demais apresentar um único modelo operacional.

A solução possível seria a proposta de um manual diferente daqueles que explicam como atingir um objetivo claro e fixo (por ex: como construir uma casa, estimar custos, etc.) por etapas também definidas (ie fazer a fundação, levantar as paredes, etc.) De fato o manual a ser proposto deveria se aproximar muito mais de uma exposição, por exemplo, sobre a técnica de uma arte plástica, já que esta poderia fornecer os elementos teóricos e as informações indispensáveis à participação nesta atividade, porém sem definir o produto final nem as suas etapas. Assim, um manual sobre pintura pode explicar a teoria da cor, os diferentes tipos de pintura e como empregá-los, mas não determina nem poderia determinar um "produto final" (como seria o caso da "pintura por números").

Nosso Manual será portanto como este último, dada a própria complexidade da análise regional. E, mesmo não havendo consenso sobre a importância relativa de cada uma das variáveis utilizadas nas teorias de desenvolvimento regional, nem sobre as suas relações causais não queríamos cair no lugar comun de certos estudos - setoriais, regionais, urbanos, etc. - onde uma infinidade de dados e indicadores são levantados mas, é tênue o fio condutor que os interrelaciona.

Enfrentamos, portanto, a delicada tarefa de transpor o espaço difícil que separa os princípios teóricos das etapas operacionais; tentando, ainda, evitar sugestões de escassa viabilidade estatística.

Assim sendo, a estratégia utilizada na elaboração deste Manual foi a de levantar questões que permitissem ao usuário pensar, sistematicamente, sobre as determinações do processo de desenvolvimento regional. Vale dizer, procuramos fornecer um método de apro-

priação do conhecimento sobre os contextos regionais do País.

Professores Responsáveis: Rosélia Perissé da Silva Piquet
Rainer Randolph
Martim Oscar Smolka e
David Michael Vetter

1. Premissas do Trabalho

Numa proposta de análise da articulação sócio-econômica regional no Brasil, consideramos indispensável iniciar a reflexão com algumas indagações de cunho mais geral que demonstrem, claramente, as premissas básicas das quais parte o presente trabalho.

1.1 O Problema da Regionalização

As dificuldades de compreensão e percepção das estruturas e dos processos sócio-econômicos regionais são, amplamente, discutidas na literatura especializada da Economia, Geografia, Sociologia e outras disciplinas.

Em primeiro lugar, cabe observar que o próprio conceito de "região" continua sendo questionado e objeto de numerosos estudos, debates e controvérsias. Em decorrência disso, não dispomos, ainda, de um consenso por parte de cientistas e planejadores regionais sobre a visão e os critérios que podem e devem ser utilizados para a delimitação de territórios enquanto "regiões", ou seja, para a regionalização de espaços maiores (p. ex. nacionais).

Deixando de lado diferenças ideológicas e epistemológicas entre os vários propoentes das diversas abordagens regionais, por exemplo visão neo-clássica versus visão marxista, podemos, sumariamente, afirmar que a demarcação regional varia tanto com os critérios utilizados quanto com os próprios objetivos de cada análise.

À guisa de exemplo da variedade conceitual e técnica que envolve a questão da regionalização apresentamos a classificação utilizada por um reconhecido autor da área dos estudos regionais (vide Hilhorst,1975). Após ter constatado a existência de várias técnicas

para o delineamento de regiões, este autor afirma que a escolha de uma destas técnicas dependerá:

- do objetivo da regionalização,
- do critério a ser utilizado e
- das informações disponíveis

O autor considera como objetivos mais importantes: análise e planejamento. Também, identifica dois critérios para a regionalização, a saber, a interdependência (no interior de um território) e a semelhança.

Assim, construindo com objetivos e critérios uma tabela de dupla entrada, podem ser estabelecidos quatro tipos distintos de regionalização:

Objetivos / Critérios	Análise	Planejamento
Interdependência	Região Polarizada	Região de Planej?
Semelhança	Área homogênea	Área Programa

A concepção da região como área homogênea baseia-se na possibilidade, a partir da uniformidade de certas características, de delimitação de um determinado território. Entre estas características são incluidos: estruturas de produção supostamente uniformes, padrões de consumo presumidos como homogêneos, distribuição da renda, etc.; também podem ser valorizados fatores geográficos comuns como a ubiquidade de determinado recurso natural ou clima semelhante.

As regiões polarizadas são compostas de unidades menores e heterogêneas, entre si, intimamente relacionadas funcionalmente umas as outras e, seu entorno determina os limites e a estrutura da região. Essas conexões funcionais são investigadas através dos fenômenos de fluxo - de população, bens e serviços, comunicações. Esses fluxos não ocorrem aleatoriamente dentro da região, ao contrário, tendem a concentrar-se em torno de um ou dois centros dominantes, geralmente grandes cidades.

Vimos que outros tipos de regionalização, mencionados pelo citado autor, são o da região de planejamento e o da região programa. Essas podem ser definidas em termos de interdependência ou unidade no que se refere ao processo de tomada de decisão. As regiões de planejamento, por exemplo, terão que ser definidas levando em conta as relações funcionais entre as distintas unidades espaciais de modo a tornar eficazes as decisões de planejamento.

Resumindo, podemos dizer que o "funcionamento" da sócio-economia regional pode ser percebido e analisado de formas diferentes, das quais só mencionamos, aqui, as mais simples e questionáveis. Cada forma definirá uma mais adequada partição espacial da sócio-economia nacional.

1.2 A Regionalização Adotada no Presente Trabalho

Os objetivos e a conceituação do "Programa de Implantação do Modelo Energético Brasileiro" (PIMEB) nos impedem a escolha e adoção de qualquer um destes tipos de regionalização do espaço brasileiro.

Estamos obrigados a utilizar, como referencial espacial pré-estabelecido da nossa análise regional, as Unidades da Federação (Estados da União), que não correspondem, necessariamente, a uma

região econômica-social, em geral delimitada através de atributos teoricamente sustentáveis.

Entretanto, tentaremos contornar os efeitos debilitadores de tal imposição pragmática-política; tentando, assim, evitar restrições seríssimas quanto à possibilidade e alcance da nossa análise sócio-econômica.

Acreditamos que a compreensão do funcionamento de uma dada sócio-economia regional passa pela sua contextualização ao nível da sócio-economia nacional, e mais, pelo papel da "região" neste todo; a sócio-economia regional representa, assim, uma partição da sócio-economia nacional.

Isto implica em admitir de imediato que:

(i) "regiões" não se interrelacionam; são as relações sócio-econômicas que podem ser rebatidas regionalmente, ou seja apresentar manifestações regionais; (*)

(ii) por outro lado, o espaço geográfico pode condicionar as relações sócio-econômicas seja pela fricção da distância, que se exprime, por exemplo, nos meios de transporte, ou pela existência de certos recursos naturais, etc.

É a partir da compreensão "dialética" entre (i) e (ii) que podemos compreender o funcionamento da sócio-economia regional. Assim, a parte (região) deve ser entendida no interior do todo (nação), enquanto forma particular historicamente produzida.

(*) O NE, p.ex. não se interrelaciona com o SE, e sim a empresa I localizada em R no NE e a empresa J localizada em J (no SE), o mesmo acontecendo com outras relações definidas ao nível da sócio-economia

É, contudo, a partir da gênese histórica da formação de tais sócio-economias regionais que podem ser analisadas como primeira aproximação, as condições em que emergiram os elementos internos das estruturas sócio-econômicas regionais e, sobretudo, pode ser reconhecida a maneira como tais elementos vieram a relacionar-se. E é esta análise histórica, como veremos na próxima parte do trabalho, que permite perceber as relações que diferenciam as regiões brasileiras; revelando, por exemplo, como certas atividades econômicas (elementos), numa dada região, surgiram a partir das necessidades de outras atividades em outras regiões vindo a caracterizar determinadas relações de dependência ou de apropriação de excedentes, ou ainda, como certas cidades surgiram em função de sua localização nodal com respeito a fluxos de transportes, cuja origem e destino podem ou não pertencer à mesma região.

Podemos afirmar, então, que é a partir da percepção de tais totalidades que podem ser detectados os elementos (eg. setores de atividades sócio-econômicos), conexões entre elementos (eg. relações de produção, consumo, trocas, etc.) e arranjos destas conexões (eg. complexos industriais, hierarquias urbanas, etc.) relevantes para a análise.

Vemos que, portanto, lidando com o problema da regionalização arbitrária, não podemos delimitar o campo das investigações através de certos atributos específicos regionais; uma Unidade da Federação enquanto "Região" caracteriza-se, mais do que qualquer outro tipo de regionalização na literatura proposta, por seu elevado grau de "abertura" sócio-econômica.

Os mencionados atributos da região em pauta dependem, portanto, de maneira significativa, de influências provindas da totali

dade do sistema sócio-econômico nacional. E, este fato é um dos mais importantes a ser considerado na elaboração do método de análise regional.

1.3 Fundamentos Metodológicos da Análise Regional

Percebemos, pela exposição anterior que as estruturas ou articulações sócio-econômicas regionais, seja qual for o critério adotado na sua demarcação, não são observáveis e compreensíveis facilmente. Uma percepção superficial e simplesmente empirista da realidade e das articulações (intra)-regionais implica no risco de engano pelas falsas aparências. Tanto os fatos e fatores regionais quanto as suas determinações causais são de uma tal complexidade que exigem na sua análise um método igualmente (em menor grau, é claro) complexo. Método este capaz de assegurar, por um lado, a preservação e o destaque das influências mais importantes, e, por outro, a operacionalidade, que necessariamente significará uma simplificação da totalidade regional.

Portanto, o método procurado não pode se restringir a apresentar uma simples listagem de fatores supostamente relevantes que devam ser levantados, isto é, numa das "check lists" comuns.

Querendo evitar simplificações exageradas, orientamos a discussão sobre a técnica analítica através de três cortes:

(i) orientação pragmática:

já referimo-nos às restrições pragmáticas e políticas do atual trabalho. Pelas razões mencionadas não seria possível estabelecer uma regionalização própria, mais adequada para uma análise com maior rigor científico. Neste caso as fronteiras estaduais não seri

am as demarcações regionais;*

(ii) orientação teórica:

em decorrência dessas limitações pragmáticas vimo-nos confrontados com sérias dificuldades no que concerne aos fundamentos conceituais do método.

Além disso, a compreensão de uma região exigiria um aparato teórico interdisciplinar, capaz de não só abordar os seus aspectos sociológicos, econômicos, políticos, geográficos, demográficos, etc.(multidisciplinariedade); mas também de interpretar as informações de maneira integrada. Não existe, hoje, nenhuma teoria geral que compreenda tal amplitude e complexidade.

Diante destas limitações buscamos uma certa sustentação teórica do método na Economia Regional.

Porém, repete-se aqui o ocorrido quando investigamos as possibilidades de regionalização. A Economia Regional oferece uma grande variedade de conceitos que, geralmente, abordam aspectos parciais e distintos da estrutura sócio-econômica regional.Estas abordagens utilizam, variáveis definidas em graus diferentes de agregação/desagregação; obstacularizando a possibilidade de comparação e integração (vide discussão mais específica na parte 3). Em suma,ainda não foi alcançada a consolidação de uma teoria geral(mesmo disciplinar, ou talvez por causa disso) que integre os diferentes pontos de vistas mencionados.

(*)Conforme nos foi solicitado, não consideramos, explicitamente, na elaboração do manual os fins mais específicos do PIMEB, quais proviriam do diagnóstico e da programação energética estadual. Caberá a etapas futuras do Programa absorver tal limitação da nossa análise sócio-econômica regional.

Além disso, e agravando ainda mais seriamente os problemas da compreensão integral (teórica) da realidade regional, existem diferenças fundamentais entre as referidas conceituações que transcendem divergências relativamente simples sobre a importância de certos fatores para o desenvolvimento regional. De fato, os conceitos partem de visões básicas distintas do próprio espaço regional, já expressas nas regionalizações citadas, e adotam, mais ou menos explicitamente, diferentes tratamentos deste espaço - espaço homogêneo ou heterogêneo/polarizado, espaço fechado ou aberto, espaço particularizado ou parte de uma totalidade maior sem particularidades qualitativas, etc.

Portanto, não é possível a simples reunião dos diferentes modelos nos seus aspectos específicos, somando-os na construção de um quadro da totalidade regional. Uma integração verdadeira e teórica exigiria uma reformulação dos conceitos a partir de suas bases paradigmáticas, tarefa essa impossível para o atual trabalho.

Porém, ignorar completamente tais diferenças fundamentais também parece inaceitável quando se deseja preservar um mínimo de seriedade científica. Optamos, em consequência, por uma solução construtiva de <u>justaposição hierarquizada</u> das diversas abordagens; construindo, assim, diferentes níveis de análise. Estabelecemos estes níveis conforme os <u>graus de discriminação</u> (dos aspectos específicos até os aspectos gerais da realidade regional) das teorizações. Distinguiremos, a seguir, quatro etapas que correspondem, na literatura, a determinados tipos de regiões/regionalizações:

- <u>região internamente diferenciada</u> (fenômenos do sistema de cidades, distribuição desigual intraregional de parâmetros, polarização, etc.);
- <u>região no contexto interregional</u>: lugar ocupado pela região na divisão regional do trabalho (fluxos interregionais - importações/ex

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

portações, trocas desiguais, etc.); a região aparece aqui como "homogênea", caracterizada por seu intercâmbio com outras regiões;

- região no contexto multiregional: a região apresenta-se enquanto resultado de influências nacionais (variáveis regionais determinadas por fatores nacionais, interpretadas no contexto nacional);
- região no contexto supra-regional, como parte da nação: a região apresenta-se caracterizada enquanto "região contábil" ou subconta das contas nacionais setoriais (as variáveis regionais têm a mesma qualidade como variáveis nacionais, isto é são extraídas de contas nacionais através de simples desagregação)

Tal tratamento conceitual não só resolve, em certa medida, o problema da falta de teorizações abrangentes e integradas *, como responde, também, às restrições impostas à nossa análise pela regionalização pré-estabelecida. A justaposição hierárquica, ao destacar fatores e relações supra, multi e interregionais mais do que usualmente é feito nas técnicas de análise regional, propiciará ao posterio: levantamento das articulações sócio-econômicas estaduais/regionais a desejada abertura metodológica. Tal abertura permitirá captar as determinações extra-estaduais/regionais que, em uma regionalização teoricamente mais rígida, provavelmente integrariam os fatores intra-regionais (vide, por exemplo, a inclusão de partes do Sul de Minas, do Paraná e de outros estados em uma região polarizada por São Paulo, conforme mostra a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas do IBGE (IBGE, 1972)**.

(*) Não entraremos na discussão das dificuldades que surgem com a aplicação de tais conceitos em espaços arbitrariamente delimitados.

(**) A diferenciação entre Estados e Regiões é da maior importância para a intencionada programação energética: no caso de determinações, por sua aparência, intra-estaduais, porém na verdade inter-regionais, a sua transformação a fim de provocar mudanças intra-estaduais criaria, provavelmente, um impacto menor do que esperado, no interior de um determinado estado.

Os níveis analíticos aqui apresentados serão preenchidos e especificados por BLOCOS ANALÍTICOS na parte 3 do presente trabalho.

(iii) orientação operacional empírica:

a questão da operacionalização de abstrações e conceitos é uma das mais difíceis para as ciências "não-exatas", como a Economia Regional. Esta questão surge pelo fato da reflexão teórica necessitar de termos que não possuem uma simples e imediata representação empírica. Quando falamos, por exemplo, de "dependências e articulações interregionais", "vazamentos fiscais" entre regiões, "polarização", "hierarquia urbana intra regional", precisamos de critérios claros para sua identificação empírica, ou no caso extremo, para a quantificação de tais dependências, vazamentos, etc. em determinadas realidades regionais/estaduais concretas.

Assim, os mencionados níveis de análise serão operacionalizados, em um primeiro passo, pelos Blocos Analíticos desenvolvidos na parte 3.

Por outro lado, e em complementação deste esforço de operacionalização da análise regional, faremos uma avaliação (Parte 4) dos dados estatísticos já levantados por diversos órgãos, principalmente pelo IBGE, que possam servir como informações ("inputs") para o método.

Surge, neste momento, mais uma premissa importante do trabalho: não exigiremos levantamentos primários de informações para a aplicação do método. Aqui, a própria delimitação territorial da análise (Unidades da Federação), que provocou os discutidos problemas teóricos, facilitará a descrição empírica das articulações

sócio-econômicas. Pois, os estados da União constituem um dos referenciais espaciais utilizados pelas estatísticas oficiais.

Finalmente, queremos acrescentar que os últimos ajustes operacionais entre método e base informativa só podem ser precisados no decorrer das análises específicas realizadas em cada estado. Pela diversidade das realidades sócio-econômicas estaduais não caberia ao manual preencher tais lacunas, dificilmente previsíveis.

2. Contextualização Histórica do caso brasileiro

São amplas as questões envolvidas quando tentamos analisar as relações entre a ocupação de espaços territoriais e a trajetória do desenvolvimento sócio-econômico. No caso brasileiro, por exemplo, sendo hoje o oitavo parque industrial do mundo, o próprio tamanho de nosso território teria funcionado como elemento viabilizador, neutro, ou como barreira ao processo de crescimento? Como, ao longo do tempo, atuaram os fluxos de capital e mão-de-obra inter-regionais? Embora correndo o risco de generalizações exageradas faremos, a seguir, algumas incursões sobre a formação regional brasileira.

2.1 - Os subsistemas regionais e suas relações

É fato conhecido que a estrutura espacial brasileira é resultante da forma como o país foi sendo incorporado à divisão internacional do trabalho. Esta incorporação, em larga medida determinada de fora, implicou, ao longo do tempo, na ocupação de frações do território aptas à produção de mercadorias exportáveis. Estas atividades exportadoras não tardavam a imprimir fisionomia peculiar à área em processo de ocupação; constituindo autênticas 'economias regionais'.

Sendo originalmente frágeis as relações interregionais ocorreu uma tendência à interpretação da formação econômica brasileira pela 'justaposição' destas histórias regionais e, a imagem de descontinuidade espacial da nossa economia tornou-se amplamente difundida.

Julgamos que uma perspectiva analítica mais rica seja, aquela que ao invés de tentar examinar as peculiaridades regionais

procure identificar as relações estabelecidas entre as distintas regiões geoeconômicas no decorrer do processo de desenvolvimento. (*) Assim, além das propriedades internas de cada região que se forma, são, sobretudo, as relações que estabelece com as demais, nos períodos de expansão e crise de seu ciclo exportador, que constituem o mecanismo básico de nossa formação espacial. Vale dizer, 'as regiões mesmo quando pouco articuladas em seu funcionamento corrente, contavam com as demais para crescer, transformar-se, ou mesmo involuir'. (*)

É através dessa perspectiva que podemos compreender como, apesar das marcadas diferenças interregionais, foi preservada a unidade cultural, linguística e até mesmo uma administração centralizada. Isto porque das regiões em 'ocaso' tendiam a fluir capitais e, principalmente, mão-de-obra para a nova atividade em outra região "florescente". Foi este traço, ou seja, as relações interregionais que permitiu, lentamente, a formação de uma mercado nacional. Este mercado, no entanto, só se consolidou, de fato, com a industrialização dos anos cinquenta deste século.

Assim, embora o 'comando' do crescimento econômico fosse determinado pela dinâmica da expansão capitalista mundial (e acreditamos que ainda o seja), foram as "respostas" regionais - seja quanto às relações de produção estabelecidas, seja quanto à infraestrutura de apoio que originaram - que deram especificidade à nossa ocupação territorial. Desta maneira as diferentes formas de enfrentar ou sucumbir às crises do ciclo exportador - esvaziamento,

---

(*) Esta é a abordagem proposta e desenvolvida por Antonio Barros de Castro em seu '7 ensaios sobre a economia brasileira'.

(*) Castro, op. cit., p. 13

introversão, substituição ou superação - estruturaram as regiões e demarcaram seus contornos. A partir das reações determinadas pela falência do mecanismo original de crescimento, (produto de exportação, foram os mais diversos potenciais internos de transformação. Em certas áreas ocorreram a dissolução e o virtual desaparecimento da atividade econômica capitalista exportadora; caracterizando uma verdadeira "introversão" da região. Este foi o caso de certas áreas amazônicas, após a crise da borracha. O extremo sul do país, que desde cedo voltou-se para o abastecimento do mercado interno (nacional), adotou renovadas formas de inserção (por substituição de produtos) com as demais regiões, ao longo de quatro séculos de nossa história. Paralelamente, enquanto os estados do NE sofreram um progressivo processo de esvaziamento econômico e político, os estados do SE superaram sua crise cafeeira através da industrialização.

O desenvolvimento industrial capitalista tendo avançado no sentido da produção em grandes empresas, exige a existência de amplos mercados consumidores, A possibilidade de intensificação dos fluxos interregionais de capital e mão-de-obra, assim como, a possibilidade de unificação dos mercados consumidores e/ou fornecedores permitiram a instalação, no decorrer da década de 50, das filiais de grandes empresas industriais, o que viabilizou ao país a transposição do umbral da industrialização pesada.

Esta industrialização tornou-se viável no Brasil, sem dúvida pela presença - ainda que em potencial - de um mercado consumidor quase continental, concentrado no Sudeste. (*)

(*) Esta concentração é atribuída à herança da economia cafeeira. Cano, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo, Difel - São Paulo - 1977

Os setores industriais que se implantaram no Sudeste e transformaram esta região em centro hegemônico - cujos interesses foram sendo, gradativamente, identificados como constituindo os interesses nacionais - exigiram uma redefinição do papel desempenhado pelas demais regiões. (*)

O novo e diferenciado perfil industrial que se desenha no Sudeste brasileiro passou a requerer a participação crescente do investimento público na ruptura dos pontos de estrangulamento na oferta de infra-estrutura e na produção de insumos básicos. O Estado, ao viabilizar a implantação desse parque industrial concentrou seus investimentos nesse pólo como forma de ampliar, a curto prazo, as taxas de acumulação. Neste processo, os bolsões industriais regionais entraram em crise com a penetração dos produtos do eixo industrial Rio-São Paulo que esmagaram, na concorrência, as firmas locais.

No decorrer da década de cinquenta os desequilíbrios regionais se agravaram. No entanto, na época, foram considerados inerentes ao estágio de desenvolvimento do país. Esperava-se que o setor industrial irradiasse, no futuro, dinamismo aos demais segmentos da economia nacional; conduzindo a uma gradual redução dos desníveis inter e intra regionais. Como tal não ocorreu foram sendo criadas, sucessivamente, agências regionais de desenvolvimento: SUDENE, SUDECO, SUDAM, etc.

(*) Sobre este aspecto vide Oliveira, Francisco - Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil - in Economia da Dependência Imperfeita - cap. 2 - Graal - 1977 - Rio de Janeiro

Mas tais agências, assim surgem perdem, também, rapidamente, sua importância. E isto por que? Pela prevalência do "crescimento econômico" sobre os objetivos de maior "equidade". Desta forma, em sua versão espacial, a discussão "eficiência versus equidade" gira em torno das seguintes linhas de argumentação: a busca da eficiência justificaria a concentração espacial dos investimentos dado que as economias de aglomeração e os efeitos em cadeia daí advindos gerariam elevadas taxas de crescimento do produto e teriam uma produtividade marginal maior, permitindo um impacto mais efetivo no desenvolvimento global. Os que levantam princípios de equidade argumentam que embora os projetos em regiões periféricas deixem de auferir as economias de aglomerações existentes nos pontos mais desenvolvidos do país, a longo prazo, a integração da periferia no mercado nacional poderia levar a um crescimento do produto ainda mais elevado. Uma eficiência de longo prazo poderia ser assim atingida, sendo mantidos os princípios de equidade durante todo o processo de desenvolvimento nacional. A questão que se coloca é: até que ponto, ou até quando equidade e eficiência podem se contrapor?

Além do mais caberia ter presente que o 'corte regional' não abarca a extratificação social intra-regional: muitos programas de caráter redistributivo inter-regionalmente beneficiam, apenas, as classes dominantes 'regionais'.

Embora tenha sido avocados princípios de equidade para justificar a implantação das referidas agências e/ou programas regionais, no nosso entender, procurava-se, apenas, controlar as tensões produzidas pela materialização no espaço dos processos de discriminação econômica e social. A criação dessas agências regionais de desenvolvimento traduz antes a tentativa de redefinição das

relações entre o centro industrial - o SE - e as demais regiões que vão sendo gradativamente marginalizadas do processo de industrialização.

Procuramos evidenciar nos parágrafos anteriores que a expansão da economia brasileira trouxe, em seu bojo, mudanças na divisão do trabalho entre as diversas regiões que compõem o País. O intenso crescimento industrial ocorrido na região SE - particularmente em São Paulo - foi, obviamente, o centro das transformações estruturais da economia brasileira como um todo e, igualmente de uma certa redivisão inter-regional do trabalho no País. No entanto, que transformações estruturais, ao nível de cada região, podem ser creditadas ao crescimento industrial referido?

A largos traços constatamos que o setor agrícola decresce sua participação na Renda Interna, e, dentro do próprio setor ocorrem importantes redivisões regionais. Enquanto o SE decresse em sua participação relativa o NE e Sul a têm ampliada. A Região Norte mantém sua posição pouco alterada, o que apenas evidencia sua, ainda pequena integração ao mercado interno. O Centro Oeste, ao contrário, apresenta constante crescimento agrícola e sua participação relativa tem aumentado.

No setor industrial observamos um movimento inverso:o SE "monopoliza" o setor industrial e absorve para si todos os ganhos desse setor, que é altamente produtivo. O NE e o Sul perdem participação enquanto o Centro-Oeste graças ao tipo de suas indústrias-transformação e beneficiamento de produtos agrícolas da região -se mantém constante, ou seja, cresce com a mesma velocidade que a taxa média de crescimento industrial do Brasil. O Norte, relativamente mais isolado, mantêm sua participação estável.

O setor serviços, pela própria peculiaridade da função que desempenha na estrutura de produção é menos sensível a mudanças na divisão inter-regional do trabalho; sendo, no Brasil, setor pouco capitalizado e apoiado na oferta ilimitada de mão-de-obra, o comportamento dos setores agrícola e industrial determinará a sua importância em cada região.

Vemos, portanto, que ocorre uma redivisão territorial do trabalho: o SE repassa, gradativamente, suas funções agrícolas ao Sul, NE e ao Centro-Oeste enquanto controla, praticamente, todos os ramos industriais, sobretudo os dinâmicos.

SINTETIZANDO:

- os desequilíbrios regionais foram acentuados ao longo do processo de industrialização do País;
- a permanência de diretrizes políticas que, em seu conjunto, favoreceram a concentração dos investimentos e provocaram a evasão de recursos das áreas mais pobres para as regiões industrializadas, limitou a capacidade de ação das agências regionais de desenvolvimento na reversão das tendências do processo;
- a mobilização de instrumentos econômicos e financeiros por parte do Governo Federal contribuiu para o fortalecimento do processo de centralização das decisões. Os Estados, particularmente os das regiões mais pobres, passaram a depender econômica e financeiramente das transferências realizadas pela União, notadamente as relativas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios - o que enfraqueceu, evidentemente, seu poder reivindicatório.

2.2 - Questões Atuais

A regionalização é antes o resultado da divisão internacional e nacional do trabalho do que decorrência de características intra-regionais. Evidentemente, estas últimas jogam um papel importante: são elas que explicam a razão do desenvolvimento de uma certa atividade em determinado local e não em outro.

As regiões desempenham papéis diferenciados ao longo da história; seu desenvolvimento não se processa, assim, de forma linear. O Maranhão, por exemplo, que até a década de 70 caracterizava-se por ter uma economia baseada na agricultura de subsistência sofre, nos dias atuais, o impacto de grandes projetos de interesse nacional, atravessando profundas modificações a nível intra-regional. Portanto, encontra-se reservado para este Estado um novo papel no processo de expansão da economia brasileira.

Dentro deste enfoque como poderiam ser interpretados os problemas regionais no Brasil de hoje?

Foi pelo ângulo do crescimento urbano que a questão espacial brasileira centralizou as atenções na década de 70. Dados quase alarmantes, do tipo: "52% do produto interno do país é gerado em apenas 0,2% do território"; "a população de duas metrópoles supera a soma da população de 3.574 municípios" foram apresentados como indicadores de que a ocupação do território e, especialmente, a urbanização estariam se processando de forma anormal e "desviando-se" do modelo histórico dos países desenvolvidos. Neste quadro foram retomadas as questões relativas à ocupação do território. E, assim, uma proposta de integração nacional foi apresentada e, nos próprios termos do Iº PND encontramos a intenção de: "criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da ca

pacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas da população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável". (*)

O que estaria implícito nesta proposta? Por que este "ressurgir" da questão da ocupação do território neste momento?

Segundo nossa interpretação estavam em jogo novas necessidades da acumulação de capital: dever-se-ia completar a internalização do processo produtivo na indústria básica e no setor de bens de capital. Dada a natureza do padrão locacional das indústrias básicas, os projetos tenderam a localizar-se fora da região concentrada: mineração de ferro no Pará, fertilizantes e fosfatos em Minas, salgema em Alagoas, cobre na Bahia, etc. A continuidade do processo de acumulação exigia não só a incorporação de crescentes parcelas de território e população como, também, uma redefinição da infra-estrutura de apôio.

A intervenção do Estado processa-se, então, no sentido de proporcionar a "integração nacional"; a criação de "pólos de equilíbrio", etc.

No nosso entender, mais uma vez, não seriam princípios de equidade regional que estariam em jogo. Seriam, antes, as necessidades dos projetos da indústria básica e de extração e beneficiamento de minérios - novos alvos da empresas transnacionais - que exigiriam uma redefinição das relações inter-regionais.

(*) Citação extraída do I Plano Nacional de Desenvolvimento - Presidência da República - 1971

Esta crescente incorporação de parcelas do território e população ao circuito internacional da acumulação não se traduzirá, necessariamente, na superação dos problemas sociais uma vez que resolver os problemas do atraso industrial num capitalismo tardio não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza.

Finalizamos por concluir que a problemática regional extrapola em larga medida o âmbito local e remete seu enfoque às órbitas responsáveis pela estruturação e gestão do processo produtivo como um todo.

3. Análise das Articulações Sócio-Econômicas Regionais

3.1 - Subsistemas de Informações

Como já sugerido nas seções precedentes a análise de estruturas sócio-econômicas regionais não é tarefa simples. Para suprir estas dificuldades sugerimos o aproveitamento de todo e qualquer tipo de informação disponível, por mais parcial e precária que seja.

Para isto o analista conta, com, pelo menos, três fontes de informação:

I. Informações sobre a história da formação econômica da região em questão; e que são obtidas de estudos específicos elaborados por diferentes agentes, tais como: bancos de desenvolvimento, secretarias de planejamento e consultoras privadas ou públicas encarregadas da elaboração de estudos de viabilidade de projetos particulares ou públicos de grande envergadura.

II. Arcabouços conceituais e teóricos que fornecem explicações sistemáticas e consistentes sobre a articulação entre os elementos que compõem cada sócio-economia regional. Trata-se, aqui, de explicações de cunho lógico-formal para algumas relações tidas como relevantes para a compreensão do processo de estruturação de uma sócio-economia regional hipotética.

III. Finalmente, o usuário deverá examinar, detalhadamente a situação regional concreta com a qual se defronta tendo em vista os propósitos específicos do estudo em mãos. Para isto disporá de uma agenda de questões, organizadas de modo

sistemático, cujo endereçamento fornece nossa proposta de roteiro metodológico.

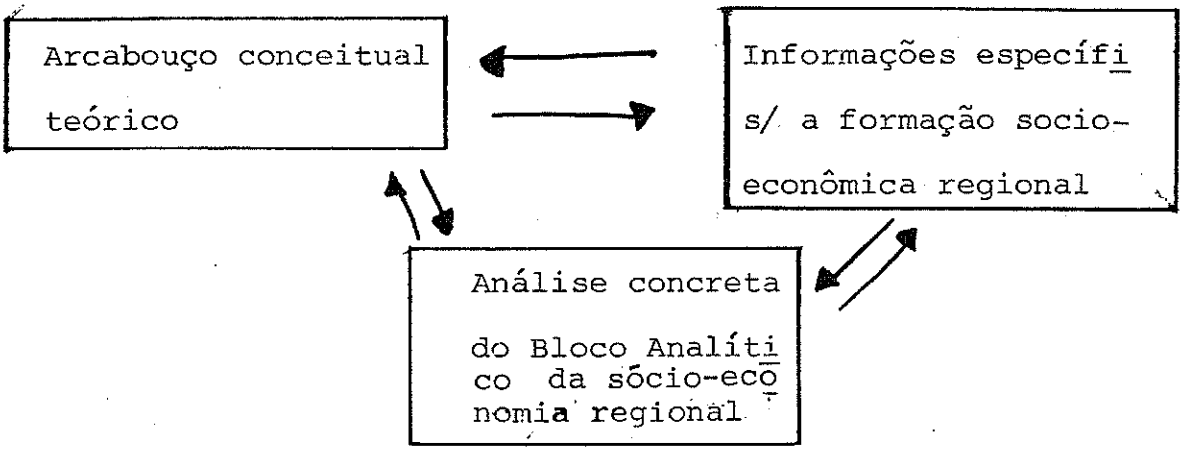
É a partir da utilização destes três tipos de fontes de informações que julgamos possível a obtenção de alguma descrição e/ ou compreensão sobre cada socio economia regional.

Desnecessário enfatizar que:

i) considerável peso é depositado na sensibilidade (bom-senso) do analista

ii) os três sistemas de informação devem atuar de forma interativa; sobretudo na calibragem da análise do item III. Processo este que pode envolver, inclusive, a reorganização das informações contidas nos outros itens.

Esquematicamente, teríamos então:



Por exemplo, a análise da formação histórica poderia estimular uma melhoria da teoria que, por sua vez, levasse ao levantamento de dados específicos sobre determinados aspectos da região. A análise destas informações poderia, desta forma, resultar na reformulação do arcabouço teórico, e assim por diante. Naturalmente existem permutações e combinações destas atividades possíveis.

Este procedimento é necessário, sobretudo tendo em vista as advertências e constrangimentos apresentados nas seções anteriores. Recordando:

1. as teorias referem-se a aspectos parciais - ie a relações que podem ou não ser relevantes a toda e qualquer região;
2. as descrições sobre a formação histórica da sócio-economia regional, depreendida daqueles estudos, também são parciais e viesadas na direção dos propósitos que os nortearam;
3. a abordagem sugerida para o item III além de ser apenas uma das possíveis (o que sugere a necessidade de sua crítica na prática), é justificada pelos autores deste manual, como aquela que aparentemente oferece a dequado grau de liberdade para lidar com a diversidade das situações regionais brasileiras e que leva em conta aqueles parâmetros citados mais acima. Assim, a calibragem referida a pouco destina-se a preencher, paulatinamente, os graus de liberdade.

Sugerimos que o pesquisador consulte os arquivos e bibliotecas regionais/locais bem como as firmas de consultoria que tenham realizado estudos para a região.

Novas consultas, a estas fontes podem, contudo, vir a ser necessárias na medida do avanço realizado pelo item (III) que pode sugerir um melhor conhecimento deste ou daquele setor ou área específica da região.

Não cabe, nos limites de um texto como este, percorrer a literatura especializada com vistas a produzir qualquer síntese te

órica, mesmo porque qualquer esforço neste sentido não só não faria justiça às teorias existentes como, também, teria escassa utilidade dadas a motivação e iniciação prévias esperadas ao leitor.

Finalmente, na parte 3.3 será feita menção, ao longo da exposição, a esta ou aquela teoria tido como necessária à compreensão do significado de algum estágio intermediário.

3.2- Organização dos Blocos Analíticos

O método proposto fundamenta-se nos seguintes blocos analíticos (BA).

No primeiro, examina-se as singularidades da região enquanto "representação" nacional, isto é, o lugar e o papel que a sócio-economia regional desempenha na divisão espacial do trabalho;

no Bloco Analítico II, considera-se o forte centralismo econômico brasileiro, procurando-se identificar aqueles determinantes nacionais que atingem a estruturação regional, ou seja, o aproveitamento das singularidades (BA I) para o alcance das metas econômicas nacionais. Examina-se, então, certos mecanismos concretos (institucionais, econômicos, etc.) utilizados pelos interesses setoriais nacionais na submissão ou enquadramento de cada região na divisão espacial do trabalho. A idéia implícita é de que o regional no Brasil subordina-se ao setorial.

Por outro lado, boa parte daquelas singularidades também pode ser atribuída à confrontação de cada região com as outras regiões no que tange a complementariedade ou com-

petitividade ao nível dos fluxos interregionais. Este é o objetivo do Bloco Analítico III.

Finalmente, a conformação de cada estrutura sócio-econômica regional (e, portanto, de suas singularidades) é percebida no Bloco Analítico IV, através daqueles processos em que a dimensão espacial apresenta-se como elemento condicionante explícito.

Assim, enquanto nos primeiros dois itens examina-se o rebatimento regional de processos ou as articulações marcadamente setoriais, nos dois últimos examina-se em que medida o comportamento de tais variáveis é determinado ou condicionado pela estrutura espacial subjacente. Por outro lado, no primeiro e último bloco analítico enfatiza-se os determinantes internos à região enquanto nos restantes são privilegiados os fatores externos à região. O quadro abaixo sintetiza estas idéias.

Foco da análise a partir dos / Corte analítico	DETERMINANTES	
	Determinantes internos à Região	Determinantes externos à Região
Primazia do setorial sobre o regional	Análise puntual - agregada, Região = União entre agregados de cada região	determinantes nacionais sobre a região
Primazia do regional sobre o espacial	intra regional	interregional

Como será visto mais adiante em cada um destes cortes analíticos manuseia-se um tipo diferente de informação.

A articulação entre dois blocos analíticos por sua vez servirá para revelar a estrutura sócio-econômica regional em mãos. Assim, embora o encadeamento acima sugira que o endereçamento das questões levantadas em cada um daqueles itens seja feito ou ordenado do geral para o particular, não encontra-se excluída a possibilidade de que, diante da situação concreta enfrentada pelo usuário deste manual, outros encadeamentos sejam tentados.

A indicação mais segura para o procedimento a ser adotado dependerá das informações prévias obtidas em I e II, referidos mais acima; no que concerne;

i. ao tipo de região defrontada;

ii. às informações mais seguras/fidedígnas e detalhadas disponíveis sobre a região.

Portanto, a premissa implícita, aqui, é que o fato de se dispor de informações mais completas sobre este ou aquele elemento de uma dada estrutura sócio-econômica regional poderá determinar sua maior importância ou relevância relativas. (*)

A guisa de ilustração sugerimos alguns encadeamentos de blocos analíticos segundo diferentes situações ou tipos regionais (UF); por exemplo:

região autóctone relativamente isolada - BA IV-I-II e III eg. Roraima

região central dinâmica - BA I-IV-III e II - eg. São Paulo

região polarizada de expansão - BA III-I-II e IV eg. Paraná

(*) Enfatiza-se, assim, mais uma vez, a idéia defendida nas seções precedentes de que o usuário do manual não deve iniciar a análise tabula rasa mas, valer-se de toda e qualquer indicação ou informação prévia que já disponha sobre a região em questão.

região programa/estratégia - BA II-IV-I e III - eg. Bahia e assim por diante.

Antes do detalhamento de cada um destes blocos analíticos impõem-se, ainda, as seguintes advertências:

i. os quesitos de informações em cada bloco analítico, definido em larga medida pelas teorias, inspiraram as operações em pauta;

ii. as análises propostas em cada bloco sugerem, muitas vezes, informações e análises a serem conduzidas noutros blocos e, assim, sucessivamente. Vale dizer, cada bloco deverá ser retomado em diferentes momentos;

iii. em vista dos limites de espaço de um manual deste teor os referidos blocos fornecerão, apenas, sugestões gerais de análise, sem qualquer pretensão de esgotar seu potencial e, muito menos, de explicitar passo a passo o 'caminho das pedras' ou as técnicas necessárias à condução da análise. O conteúdo destes blocos, fruto da experiência acumulada pelos autores, deverá ser aproveitado como estímulo à reflexão;

iv. como ficará claro, a viabilidade de muitas das análises que serão apresentadas a seguir, dependerá da disponibilidade ou não de informações adequadas, sejam elas primárias, secundárias ou 'proxis'. Tais estatísticas, como é sabido, variam de unidade da federação a unidade da federação de modo que o que é factível para uma região (UF) poderá não o ser para outra. Na impossibilidade de delimitação, a priori, da aplicabilidade do conteúdo de cada bloco analítico optou-se pe=

la não referência a qualquer fonte estatística relevante;

v. caberá ao leitor, munido de levantamento dos dados disponíveis para sua UF, - para o qual será útil a consulta à parte 4 deste manual - decidir, com larga margem para sua criatividade, o que fazer;

vi. uma última observação: o leitor atento perceberá que muitos conceitos/técnicas de análise já consagrados na literatura não serão mencionados nas seções seguintes. Esta omissão é devida, antes de tudo, às dificuldades práticas de aplicá-las no Brasil, em virtude das já mencionadas deficiências estatísticas. Notadamente, as técnicas de análise de insumo-produto regional e interregional - talvez o instrumento mais indicado para o alcance dos objetivos deste manual - dificilmente podem ser aplicadas tendo em vista a total ausência de informações pertinentes. Mesmo aquelas técnicas usuais de derivação ou inferência de matrizes regionais, a partir de matrizes nacionais, parecem inviáveis não só pela forma como é apresentada a matriz nacional quanto pelo problema de compatibilidade com as estatísticas complementares requeridas para efetuar tais adaptações ou ajustes. Com isto, lamentavelmente, o 'melhor da festa' é eliminado a priori.

3.3. Detalhamento dos Blocos Analíticos

3.3.1. A Região enquanto "representação nacional" - (Bloco Analítico I)

Neste bloco o usuário é convidado, inicialmente, a resgatar, reescalonando para o nível da região, os conhecimentos que dispõe sobre o funcionamento de um sistema econômico em geral, ie da economia de uma nação. A abordagem é, portanto, eminentemente macroeconomia e setorial, no sentido de que caracteriza a região a partir das transações ou interdependências (articulações) entre os principais agregados das contas sociais, a saber: produção, consumo, capital, governo e resto do mundo.

Aplica-se, então, aqueles esquemas analíticos desenvolvidos para a nação, para a partir daí extrair alguma informação sobre determinantes maiores da renda, emprego, consumo, etc. Sobretudo os modelos de tipo Keynesiano, apresentam-se como os mais adequados para estes propósitos; o que é realizado a partir:

i. da identidade contábil: Renda/Produto = Consumo + Investimento + despesas + exportações - importações;

ii. de relações comportamentais entre estas variáveis; eg. renda-consumo, renda-investimento, etc.

Neste nível de agregação, pode-se efetuar, ainda, as seguintes análises relevantes para a caracterização da sócio-economia regional.

1. Análise do coeficiente de abertura regional, ie da importância relativa das importações e exportações para a determinação da renda interna. Esta análise será, mais adiante, desagregada de modo a revelar e distinguir os setores não básicos cuja dinâmica é determinada localmente ou pelos setores básicos.

2. Análise da sensibilidade regional às flutuações cíclicas da economia a partir da comparação de séries temporais para certos agregados regionais vis a vis nacionais. Esta análise poderá ser complementada comparando-se o desempenho da sócio-economia regional (taxas de crescimento, etc.) com o das outras regiões ou com a economia nacional, considerando-se variáveis como renda per capta, etc. Técnicas econométricas, como a de regressão, são particularmente adequadas para estas análises temporais.
3. A este quadro poderá ainda ser anexada uma análise de cunho descritivo geral, em que se tente identificar os desvios relativos a padrões nacionais de certos coeficientes e/ou indicadores construídos a partir destas variáveis. As singularidades regionais que daí emergem fornecem indicações sobre o papel desta região na divisão nacional e espacial do trabalho.

Realizada esta primeira aproximação sobre os indicadores agregados da sócio-economia regional o analista examinará, mais detalhadamente, o comportamento das variáveis que compõe tais agregados, bem como de outros dados não necessariamente compreendidos ali. Trata-se então, de uma análise de cunho mais setorial.

Os itens 2 e 3 acima poderiam ser refeitos agora com informações desagregadas.

4. Assim, ao nível do setor produtivo caberia examinar padrões e tendências quanto à concentração regional de certas atividades (cálculos de coeficientes de especialização e diversificação regional, localização, etc.*), o que revelará algumas indicações sobre vantagens absolutas e relativas regionais nesta ou naquela atividade, e, portanto, o potencial da sócio-economia regional com vistas a uma previsão quanto ao seu desempenho futuro.

(*) Consulte-se para isto qualquer texto de técnicas de análise regional tais como os já consagrados Isard (1969), Mooyer (1971) Haddad.

Uma comparação dos resultados desta análise com base no valor adicionado, valor da produção e emprego fornece também, boas indicações quanto ao perfil tecnológico do parque produtivo regional.

5. O exame da estrutura ocupacional por setor, quando confrontada à mesma estrutura média nacional ou a de outras regiões específicas, pode fornecer, por sua vez, informações úteis sobre a organização da produção. Admite-se que uma maior concentração relativa de ocupações superiores da hierarquia ocupacional pode ser tomado como "proxy" para a estrutura de propriedade privada ou, mas especificamente, para as relações de autoridade intra-industriais, já que a intensidade de tomada de decisões aumenta com a posição na hierarquia ocupacional.*

Relações de dominação e/ou de dependência interregionais podem também ser inferidas; oferecendo-se, de imediato, alguma idéia sobre os graus de liberdade regionais quanto ao controle sobre o nível das atividades propulsoras da região e, portanto, sobre as possibilidades de equacionamento dos problemas locais a partir de recursos locais.

6. Finalmente, uma análise da estrutura de remuneração por gênero de atividade e por ocupação permite esboçar quando não o perfil de distribuição da renda pessoal regional, ao menos alguns de seus determinantes maiores. Mais do que isto a análise dos itens anteriores permite inferir as tendências maiores sobre a

(*) Esta análise deverá ser complementada no BA IV com base em informações sobre equipamentos e facilidades coletivas que dão suporte e viabilizam a localização de tais ocupações superiores.

distribuição da renda regional consequentes a mudanças na composição setorial do parque produtivo.

Esta análise deverá ser retomada quando do exame dos padrões de consumo familiar regional.

7. Ao nível dos padrões de consumo, interessa, então, examinar a parcela do consumo local atendida pela produção local, algo que pode ser inferido quando se introduz informações sobre o padrão de dispêndio por classe de renda (curvas de Engels e similares) para daí obter-se o perfil de consumo aparente com base na distribuição de renda. Este perfil quando confrontados à estrutura de produção local dá a medida de dependência do equilíbrio do mercado local atribuída às transações interregionais.

8. Este dado confrontado, por sua vez, a uma análise de comportamento dos preços relativos de certas mercadorias sugere o potencial de substituição de importações ou mutatis mutandi a sustentação do setor básico (exportador) referido mais acima . Uma das hipóteses que inspiram este tipo de análise é o de que uma região tende a atrair aquelas atividades que utilizam mais intensamente os recursos relativamente mais abundantes e consequentemente de menor preço relativo.

9. Mais além, parcela considerável dos investimentos regionais pode ser explicada a partir destes potenciais desde que devidamente motivado por informações sobre o mercado de trabalho e sobre os meios de produção locais, algo a ser esboçado melhor no BA-IV.

3.3.2. Os determinantes nacionais sobre a sócio-economia regional (Bloco Analítico II)

Este bloco complementa de certo modo as análises efetuadas acima. Trata-se, aqui, de examinar com maior detalhe o quanto da formação e do desempenho da estrutura sócio-economica regional deve ser atribuída a determinantes extraídos de articulações definidas apenas ao nível da sócio-economia nacional como um todo.

De imediato interessa levantar aquelas instituições de âmbito nacional localizadas/com sede na região em pauta. Mais do que isto, com base na análise sobre a concentração relativa de ocupações superiores realizada a pouco, cabe investigar, mais detalhadamente, a importância relativa das articulações supraregionais/nacionais, ou mesmo internacionais, vis à vis as articulações locais. O exame do lugar destacado à região em questão nas políticas e programas federais e setoriais é particularmente sugestivo neste sentido - eg. os grandes projetos nacionais de integração nacional, de substituição de insumos básicos, de exportação e assim por diante.

Em segundo lugar, examina-se neste bloco os orçamentos e as contas públicas de receitas e despesas de modo a se ter alguma idéia não só quanto a possíveis 'vazamentos' fiscais mas, sobretudo, sobre o atrelamento das despesas e receitas à composições definidas fora da região. Informações sobre recolhimento de ICM por atividade, por exemplo, quando confrontados os programas executados com recursos repassados, fornece indicações interessantes sobre transferências intersetoriais, desde que se disponha de alguma informação sobre os impactos de tais despesas sobre os contribuintes do ICM.

Os incentivos fiscais estabelecidos para os projetos que venham a se instalar na região representam outra fonte valiosa de

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

informação para uma análise do potencial de formação de capital regional.

Outro tipo de análise relevante para os propósitos desta etapa refere-se à avaliação de impactos da política cambial, monetária/financeira, fiscal em geral sobre a sócio-economia regional. Trata-se, neste momento, de examinar mecanismos de transferência ou redistribuição de recursos implícitos em tais políticas.

O mesmo pode ser realizado a partir de instituições como a Previdência Social e, sobretudo, a política habitacional. Na medida em que os recursos para os programas são, por assim dizer, socializados ao passo que os desembolsos são distribuídos de forma seletiva regionalmente, dispõe-se de interessante intrumento para a análise de vazamentos interregionais. A compreensão destes últimos é, sem dúvida, fundamental; pois, os mesmos podem subverter qualquer esforço que se venha a realizar no equacionamento de problemas regionais a partir de variáveis ditas, também, regionais.

Afora este tipo de análise de cunho institucional sobre as finanças públicas contempla-se, ainda nesta etapa, o exame minucioso de outros condicionamentos sócio-econômicos sobre a estrutura regional. Pode ser referida, mais concretamente, a importância de certos parâmetros definidos nacionalmente como a taxa de salários, juros e outros e como o comportamento de certos agregados, fundamentais para o funcionamento da sócio-economia regional.

3.3.3. Os determinantes inter-regionais (Bloco Analítico III)

Esta talvez seja, a despeito de sua importância, a análise que apresenta maiores dificuldades práticas de realização. Trata-se de examinar os fluxos estabelecidos entre regiões de modo a

perceber certas relações de complementariedade regional ou de mútua exclusão eg. de competitividade.

A relevância destes fluxos é devida ao fato de que boa parte dos elementos/atividades presentes numa região podem ser explicados pelas relações dos mesmos com outras atividades localizadas noutras regiões. Estas relações, por sua vez, podem assumir considerável importância na determinação do funcionamento e dinâmica de uma região. Examinamos mais detalhadamente a natureza destas relações.

A análise apresentada no início deste trabalho, já teria sugerido a existência de pelo menos dois tipos de articulações interregionais na constituição do sistema regional brasileiro. A saber:

1. aquelas articulações decorrentes do processo de integração de regiões inicialmente relativamente autóctones, e
2. aquelas articulações decorrentes da ocupação e estruturação de regiões, tidas como relativamente vazias, a partir das necessidades de expansão de atividades de outras regioões; ampliando - se, assim, o ecúmeno econômico.

Nos dois casos a articulação interregional acarreta certa redivisão espacial do trabalho ora através de uma especialização regional ora através de uma redefinição das relações sócio-econômicas intraregionais pré-existentes. A ambos os processos associam-se, em geral, profundas deslocalizações sociais e econômicas, às vezes dolorosas, em todas as regiões envolvidas.

O importante a reter sobre estas idéias é que para se entender o funcionamento de uma ESER* é necessário, muitas vezes, entender o que se passa noutras regiões. Não só o sistema regional

(*) Estrutura Sócio-Econômica Regional.

condiciona o comportamento das atividades de cada região, como também, a própria atuação das mesmas tende a transformar tais estruturas espaciais; seja homogenizando-as seja acentuando diferenciações.

Ainda sobre estes processos caberia dizer que aqueles dois tipos de articulação mencionados a pouco resultam não apenas de saltos qualitativos decorrentes de variações quantitativas nas atividades presentes em cada SER mas, também e sobretudo, dos novos requisitos espaciais impostos pelas transformações ocorridas nas atividades em si.

Explicita-se, a seguir, algumas formas de articulação interregional relevantes para a compreensão do funcionamento de uma dada sócio-economia regional.

O processo pelo qual uma dada região é inserida numa divisão espacial do trabalho repercurte em dois tipos de fluxos interregionais - de mercadorias propriamente ditas e de fatores, notadamente 'capital' (*) e trabalho.

Uma das interpretações mais correntes (ou talvez convencionais) para este processo sugere que diferenças interregionais nos preços relativos de fatores "ceteris paribus", tende a gerar preços relativos diferenciados para as mercadorias produzidas.

Com a abertura de canais de comunicação entre os mercados interregionais cada região tende a substituir sua produção local de bens relativamente mais caros por bens importados. A dinamização deste comércio por sua vez provoca uma realocação intrarregional dos fatores em benefício daquelas atividades comparativamen

(*) Entre aspas pois refere-se tanto a meios de produção produzidos (eg. máquinas e equipamentos) quanto a fluxos financeiros

te mais vantajosas. A posição estabelecida de equilíbrio exibirá situação tal que cada região se especializa e, portanto, exporta aqueles bens em cuja produção o fator mais abundante (ie de menor preço relativo) é empregado com maior intensidade relativa.

Diz-se, no entanto, que tal ajustamento de mercados é acelerado em virtude do efeito que aqueles diferenciais de remuneração de fatores exerce sobre a mobilidade interregional dos mesmos. Ou seja os fluxos interregionais de fatores reforça o processo de equalização de suas remunerações.

Na falta de estatísticas mais apuradas sobre movimentação interregional de bens e de capital (financeiro em especial), utiliza-se de informações sobre a migração interregional de mão-de obra e os diferenciais de salários e de custos regionais efetivos de capital. Estas informações contrastadas à variações dos coeficientes de especialização regionais permitem alguma inferência sobre tais fluxos.

Estas hipóteses, no entanto, tem sido bastante questionadas tanto ao nível empírico quanto conceitual.

Alega-se, por exemplo, que a existência de empregos melhor remunerados numa região significa um mercado mais vigoroso(ie maior demanda efetiva e, consequentemente, taxa de lucros) o que tende a atrair novos investimentos; ampliando-se mais ainda as oportunidades de emprego, e, portanto, a atração de migrantes. Com isto, as regiões pobres não só perdem sua força de trabalho em termos quantitativos (*) e qualitativos (*) como exportam capital para as áreas mais dinâmicas.

(*) Em geral são os melhores qualificados, mais jovens, etc. os mais propensos a migrar.

Este verdadeiro processo de causação circular cumulativa, responsável pelo desequilíbrio das taxas de expansão regional, pode ser detectado, em cada região, a partir de indicadores de salário-eficiência ie de variações relativas de salário vis à vis produtividade, devidamente referenciada a indicadores de ganhos de escala levantados a partir da estrutura comparativa de tambanho de estabelecimentos. A posição de uma dada região nestes circuitos pode ser ainda amparada por exame minucioso de seus saldos migratórios.

Por outro lado, diz-se que consideráveis diferenciais de salário podem ser sustentados (reproduzidos) interregionalmente quando o comércio interregional provoca diferenças significativas entre os salários reais e nominais regionais. Este processo ocorreria porque diferenciais de preço das cestas de bens salários regionais aliadas a certa equalização das taxas de lucro entre regiões e a alguma rigidez na mobilidade da força de trabalho seriam suficientes para fazer com que o intercâmbio de mercadorias ocultasse verdadeira transferência interregional de valores. Ou seja, relações entre equivalentes aparentes de valor sustenta não só taxas de salários diferenciadas interregionalmente, como também, uma distribuição viesada de investimentos entre ramos da produção localizados em diferentes regiões.

Assim, podem ser realizadas algumas qualificações úteis das hipóteses convencionais discutidas anteriormente; pois, estas observações sugerem que o comércio interregional além de não eliminar certas disparidades interregionais não acarreta, necessariamente, benefícios mútuos para as partes envolvidas. Estas apreciações das implicações das trocas interregionais são importantes,

pois permitem pensar que a articulação entre certos elementos da sócio-economia regional pode prejudicar o próprio potencial de autosustentação do crescimento regional.

Uma análise mais completa das bases para tal estruturação desequilibrada interregional requer levantamento detalhado das relações sociais concretas existentes. Assim, considere-se, por exemplo, uma região tipicamente mineira ou de 'plantations' dominada por atividades de exportação cujos processos de produção estejem calcadas em relações de trabalho que envolvam, por um lado, remuneração proporcional à produção individual do trabalhador e, por outro contrôle centralizado (eg. manipulações do tipo monopolísticas) do mercado de bens salariais. Esta região dificilmente disporá de excedente capaz de dinamizar seu mercado local, ainda mais se aquelas atividades forem controladas por proprietários absenteístas.

Percebe-se, facilmente, que o comércio interregional com uma região industrializada onde prevalesçam relações de assalariamento impessoais, com salários regulados por barganhas entre sindicatos de trabalhadores e patronais, apesar do intercâmbio envolver equivalentes monetários, os seus efeitos sobre o bem estar da população será certamente bem distinto. Na região industrializada o maior vigor do mercado poderá conduzir a uma maior diversificação da produção acompanhada, inclusive, de ganhos de produtividade ainda maiores que os ganhos de salário (ie aumentos dos salários - eficiência). Por outro lado, naquela região primário- exportadora as relações de produção, menos empresariais, apresentam-se como verdadeiro obstáculo a liberação daqueles fatores propulsivos. Neste segundo caso, portanto, a preservação de grupos sociais e tradi

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

cionais interesses particulares é feita às custas de rígido contrôle da disciplina de trabalho e das condições de vida da massa trabalhadora.

Estas rápidas considerações sobre a importância das relações sociais de produção sugerem que uma análise ao nível das articulações puramente econômicas nem sempre é suficiente para a compreensão da estruturação da SER. Esta análise das relações sociais constitui-se, muitas vezes, em etapa obrigatória para a percepção das razões da resistência às transformações e/ou modernização econômica de certas regiões integradas no sistema regional nacional. Mais do que isto, a partir destas considerações é possível entender, também, o papel da viscosidade em certas relações sociais sobre a cristalização de relações assimétricas entre regiões.

A operacionalização destas idéias sugere de imediato um exame cuidadoso do desempenho histórico/temporal da pauta de exportações e importações da região. Trata-se, agora, de analisar não tanto o volume destas transações mas, a composição qualitativa das mesmas. Após caracterizar o tipo de mercadorias intercambiadas o próximo passo será examinar as condições em que as mesmas são produzidas - ie as formas de produção; destacando-se aí informações sobre: constituição da força de trabalho empregada, organização da produção, sistema de remuneração, canais de intermediação entre produção e comercialização dos produtos finais.

No que concerne os bens industrializados cabe examinar certas tendências à concentração do capital (eg. número de firmas responsáveis pela produção). Este processo deve ser ainda qualificado com informações acerca da contribuição relativa de estabelecimentos, segundo o tamanho no valor total da produção, bem como,

com informações quanto à evolução da produtividade (proxy/valor adicionado/emprego) e salários médios. Indicações sobre a evolução dos preços relativos das mercadorias de exportação regional são também indicadores úteis para esta caracterização de estruturas de mercado (oligopolistas, monopolistas, etc.) e sobre a evolução dos mark ups respectivos.

Outras indicações interessantes que qualificam a pauta de exportação e importações - para os propósitos de caracterização da estrutura sócio-econômica regional - podem ser obtidas a partir da estrutura de propriedade do parque produtivo. Assim, sabe-se que a atratividade das regiões para linhas de produção depende, correntemente, do que se reconhece como o ciclo do produto. Diz-se, portanto, que apenas quando certo processo de produção (germinado em regiões com maior propensão à introdução de inovações), torna-se mais padronizável, é que também torna-se lucrativo o estabelecimento de filiais/subsidiárias noutras regiões. Neste movimento almeja-se o benefício das eventuais vantagens locaionais, notadamente da redução de custos de mão-de-obra e/ou capital, na forma de incentivos fiscais. Por outro lado, o agigantamento das unidades de produção a partir de uma descentralização regional de funções hierárquicas, permite à grande empresa internalizar, de fato, aquelas vantagens provenientes de uma divisão espacial do trabalho.

Ainda com respeito à estruturação interregional da produção, valeria mencionar os conhecidos mecanismos de descentralização espacial da produção pela ampliação de áreas de mercado. Considera-se, sobre este aspecto, que a ampliação das atividades exportadoras para atender outros mercados regionais pode ser entendida como uma ampliação física das áreas de mercado. Assim, a ampliação das distâncias e, portanto, dos custos de distribuição aliada

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ao tamanho de cada mercado regional suprido, pode justificar, a partir de dado momento, a descentralização das unidades de produção. Pois, os ganhos de escala das plantas das regiões exportadoras originais podem não ser suficientes para compensar os custos de distribuição e os outros custos de oportunidade associados à disponibilidade de insumos nas novas áreas prospectivas de mercado (*).

O fato importante a ser retido sobre os três processos descritos a pouco refere-se às mudanças que acarretam na composição dos fluxos interregionais de mercadorias e financeiros. Mais do que isto estes processos fazem com que parte considerável da dinâmica interna de cada região seja ditada por estratégias interregionais das empresas em questão. Desta forma, o equacionamento por agências de planejamento de problemas econômicos regionais passa a poder ser facilmente subvertido pelos interesses daquelas empresas - um implicação de óbvia importância para os propósitos deste manual.

É, portanto, imperiosa uma análise minuciosa da organização do capital (estrutura de mercado, etc.) a partir de informações detalhadas sobre as atividades dinâmicas ou de maior expressão de uma região. Consulte-se, neste sentido, informações do Quem é Quem, balanços publicados, registros oficiais dos projetos aprovados, etc.? confrontando-as aqueles indicadores descritos acima.

(*) O aumento da pressão sobre insumos estratégicos numa dada região eleva seus custos dificultando, frequentemente, as possibilidades de ampliação de escala da produção regional. Diante desta situação a firma pode ver-se obrigada ou a importar tais insumos ou a descentralizar, diretamente, sua produção.

3.3.4 Relações Intraregionais (Bloco Analítico IV)

Neste bloco de análise privilegia-se as articulações ao nível intra-regional, sob a ótica dos condicionantes marcadamente espaciais sobre as variáveis sócio-econômicas.

Numa primeira aproximação tais condicionantes incluem:

1 - as chamadas economias/deseconomias decorrentes da justaposição espacial das atividades sócio-econômicas;

2 - os efeitos da fricção da distância sobre a circulação de mercadorias e pessoas;

3 - a desigualdade na distribuição geográfica de recursos naturais e artificiais repassados.

Partimos da premissa de que a estruturação sócio-econômica regional pode ser percebida a partir da cristalização, ao longo do tempo, de um ambiente construído na forma de ativos fixos, imóveis e de longa durabilidade, utilizados na produção de mercadorias, na circulação de mercadorias e de pessoas, e, ainda, no processo de trocas, distribuição e consumo. Trata-se, então, de ativos fixos como rodovias, instalações industriais, bem como, residências, facilidades públicas, equipamentos coletivos, etc.

Nesta etapa da análise caberá ao pesquisador examinar como os supracitados condicionantes afetam as articulações sócio-econômicas com base no ambiente construído pré-existente. Entende-se que, neste processo, são redefinidas necessidades quanto ao ambiente construido que provocam transformações na sua estrutura espacial.

Observe-se, inicialmente, que a estrutura espacial do ambiente construído imprime certo padrão e rítmo de circulação às

mercadorias e pessoas na medida em que a ela se associa um dado padrão de localização das unidades de produção, de consumo e residências, de serviços públicos ou privados em geral. Estas localizações são determinadas, em geral, pela importância relativa da acessibilidade no desempenho das atividades e, ainda, pelos eventuais efeitos de vizinhança e outras externalidades oriundas da justaposição espacial de atividades.

A acessibilidade, por sua vez, é definida pela distância efetiva e relativa entre fornecedores e compradores, (eg. de meios de produção e produtos finais) ou entre locais de residência de trabalhadores e locais de trabalho ou, ainda, entre as unidades que participam de um mesmo sistema de informações (eg. a necessidade de contactos tipo "face-to-face" vis à vis intercomunicações a distância),

§1º Estes mapas de articulações entre atividades econômicas rebatidos sobre o espaço geográfico manifestam por exemplo, a existência de um sistema urbano caracterizado por interações de intensidade variada entre cidades e entre áreas no interior de cada cidade. Assim, ao observar-se a estrutura espacial do ambiente construído de uma dada região verifica-se que certas áreas concentram maior número de atividades distintas, no sistema de cidades comprova-se a existência de certa correlação entre o número de funções exercidas por um centro urbano e seu tamanho (medido, em geral, em termos populacionais); sendo que as funções associadas a contactos menos frequentes tendem a localizar-se nas maiores cidades. Certos serviços

especializados como os financeiros sofisticados (eg. operações de open market) concentram-se nuns poucos centros enquanto padarias podem ser encontradas em cidades de todos os tamanhos.

A partir destas observações infere-se que o volume de interações entre cidades tende a variar diretamente com o produto de suas populações e inversamente com a distância que as separa. Esta distância deve ser devidamente ponderada pelas qualidades e facilidades de transportes e comunicações.

Os indicadores de interação gerados a partir deste tipo de relações devem ainda ser qualificados segundo a importância relativa das funções desempenhadas em cada cidade. Sobre tais processos, amplamente estudado por geógrafos, o leitor deve consultar a publicação do IBGE - "Classificação Funcional dos Centros Urbanos Brasileiros".

§2º A densidade das funções típicas de lugar central ao longo da hierarquia urbana, a seu turno, parece depender em larga medida do vigor e da diversificação da base agrícola da economia regional. Assim, quando os excedentes agrícolas comercializáveis são pouco diversificados ou relativamento baixos (o que tende a ser associado a altos índices de concentração de propriedade fundiária e baixa permeabilização de relações de trabalho tipicamente capitalistas) a distribuição de cidades por tamanho tenderá a apresentar fortes descontinuidades acompanhadas de truncamento funcional desde centros de maior porte. Informações sobre estas articulações sócio-econômicas são

obtidas facilmente na seção (2ª).

§3º Por outro lado a justaposição espacial de atividades implica em distintos padrões de estruturação interna das cidades segundo tamanho.

Observe-se, inicialmente, neste contexto que a localização de atividades provoca em geral efeitos:

a- para frente ao atrair outras atividades que se aproveitam de sub-produtos ou da infraestrutura produzida para apôio e,

b- para trás, sempre que a expansão de atividades favorecerem uma maior divisão regional do trabalho.

Na prática, tais efeitos se traduzem nas economias de aglomeração, reconhecidas na literatura sob a denominação de economias de urbanização e localização.

Economias de urbanização decorrem, principlamente, da dificuldade de se imputar a cada beneficiário da alocação espacial de meios de consumo e produção coletivos, parcela proporcional aos ônus de sua provisão. Trata-se de examinar, então, os descompassos entre a socialização dos custos e a apropriação privada dos benefícios. Outras sinergias oriundas das vantagens da concentração de atividades complementares - eg. complexos industriais - também são responsáveis por estas economias. A avalização empírica destas economias não é tarefa simples dada a forma aparentemente intangível com que se apresentam simples levantamentos das facilidades urbanas. A lista dos tipos de serviços públicos oferecidos, equipamentos coletivos existentes e, assim por diante, aliada a uma análise do 'custo de acesso' medido pelos preços de terrenos fornece, entretanto, algumas indicações sobre estas economias.

Economias de localização que são internas a indústria porém externas às firmas decorrem, mormente, das vantagens de contratação oferecidas por "pools" de mão-de-obra, da redução de custos de treinamento, das facilitadas decorrentes da rotatividade da mãodeobra, da disponibilidade de serviços especializados viabilizados pela escala de demanda e de outros ganhos de escala na provisão de certas facilidades urbanas voltadas, especialmente, para cada indústria. Empiricamente tais economias são detectadas através da consideração do desempenho de uma unidade de produção situada em área onde ocorre grande concentração das vantagens locacionais em comparação ao desempenho de unidade semelhante (supostamente mal) situada noutras áreas.

Este conjunto de processos sugere que, a grosso modo, as atividades mais dinâmicas da economia tendem a concentrar-se nos centros de maior porte; gerando a macrocefalia do sistema urbano.

Ainda no contexto destas economias, valeria mencionar os centros de menor porte que, quando especializados em poucas atividades de grande porte, tendem a apresentar deficiências numa série de serviços necessários ao surgimento de novas empresas. Pois, as grandes empresas tendem a ter porte suficiente para internalizar tais serviços.

Estas rápidas considerações servem para alertar o leitor (eventual aplicador deste manual) sobre alguns cuidados a serem tomados no tratamento de articulações ao nível das chamadas economias de aglomeração, principalmente no que tange às associações ou complementariedades entre as facilidades públicas e as atividades presentes.

§4º No que se refere às relações intra-urbanas cabe inda

gar sobre as relações entre uso do solo e formação de preços fundiários. Diz-se que os gradientes de preços de terreno variam, aparentemente, com o tamanho da cidade; o mesmo acontecendo com a densidadede ocupação do solo, na medida em que terrenos mais caros induzem uma utilização mais intensiva dos mesmos.

Estes gradientes, no entanto, são modulados pela distribuição espacial da infraestrutura urbana e pela estrutura ocupacional urbana, principalmente no que concerne à composição de extratos sociais, e, sobretudo, à forma como está organizado o mercado imobiliário.

Este tipo de análise é relevante porque permite entender a cidade a partir de suas áreas funcionais, ie áreas onde encontram-se concentradas diferentes modalidades de serviços, residências, indústrias, etc., e, a partir das próprias formas de inserção urbana, segundo grupos sociais (processo de segregação social, residencial, etc.) Estas últimas situações refletem-se tanto na importância relativa de diferentes itens do orçamento familiar (eg. participação de gastos com habitação, transportes e outros associados ao tipo de moradia vertical, etc.) como na circulação em geral de mercadorias. Informações requeridas para estas análises são encontradas, em geral, nos planos diretores das cidades e nos estudos de viabilidades de projetos de obras públicas.

Neste Bloco Analítico propõe-se, em suma, uma investigação detalhada das relações entre cidade e campo, entre cidades e internas à cidade. Organizadas as informações nestes vários níveis o próximo passo será examinar aquelas articulações econômicas intraregionais calcadas nas contínuas redefinições dos mapas de

interação, decorrentes das alterações do ambiente construído e destinados a desobstruir gargalos (eg. pontos de congestionamento, etc.) produzidos pela pressão sobre o próprio ambiente construído. Estas pressões, por sua vez, são exercidas pela dinâmica de cada atividade em resposta a tais alterações ou a alterações efetuadas nas outras atividades com as quais interagem direta ou indiretamente.

Neste sentido, caberia examinar processos tais como: a "desconcentração industrial"; a implantação de distritos industriais"; as deslocalizações sociais decorrentes de reformas urbanas ou da implementação de grandes projetos de investimento público ou privado (eg. shopping centers, expansão de redes de serviços públicos, etc.)

Enfim, caberia a apropriação analítica dos estudos habituais de viabilidade e impacto de projetos para a localização de novos itens que compõem e recompõem o ambiente construído.

Finalmente, seria possível, ainda aplicar, ao nível intraregional algumas das análises discutidas nos outros blocos, notadamente no BA III, pois como já salientado, a região administratica (U.F.) não se identifica, necessariamente, com a região econômica.

4. Orientação quanto a elaboração dos Relatórios Regionais

Nesta parte do trabalho, procuraremos introduzir o usuário na análise de alguns dos dados disponíveis sobre a economia regional. Note-se que incluiremos quase exclusivamente dados coletados e publicados ao nível nacional. Existem dados, relatórios de pesquisa e outros documentos nas bibliotecas, entidades públicas, empresas, etc. dos diferentes estados aos quais o pesquisador deverá necessariamente recorrer, embora não caiba discutí-los aqui.

Esta parte do manual será desdobrada em dois sub-ítens:

- uma introdução geral à análise de dados secundários;
- apresentação de um plano tabular básico que visa ajudar o usuário no início de seu trabalho em cada um dos quatro blocos analíticos definidos no capítulo anterior.

4.1 O Uso de Dados Secundários na Análise Regional

No Brasil, são coletados e publicados um volume enorme de dados pertinentes à análise regional. Esta seção do trabalho procurára orientar o usuário quanto ao emprego destas informações.

Onde encontrar os dados?

Acreditamos que a fonte de dados mais importante ao nível nacional seja o Anuário Estatístico do Brasil (Rio de Janeiro: IBGE). É possível, somente com dados do AEB, desenvolver um perfil sócio-econômico da região bastante interessante. Mesmo quando o AEB não apresenta dados ao nível de desagregação que o usuário precisa, ele indica a fonte primária das informações. Além disto, as discussões gerais sobre as fontes utilizadas no AEB representam uma intro

dução breve e concisa sobre o sistema de informação nacional.

O Relatório de Indicadores Sociais: 1979 (RIS) contém uma introdução, também bastante pormenorizada, ao uso dos dados dos levantamentos domiciliares de IBGE (Censo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNADS).

O quadro I.A (no anexo A) apresenta algumas das fontes de dados, sua periodicidade, algumas das variáveis levantadas e as unidades de análise espacial.

Naturalmente, deve-se como já foi dito, procurar dados coletados aos níveis estadual ou regional e considerar estudos feitos sobre a região, muitos dos quais estarão disponíveis somente na própria área analisada.

Como proceder na análise dos dados?

Numa análise exploratória descritiva da região, deve-se identificar as variáveis que avaliadas como mais pertinentes, com base no estudo da teoria (ver parte 3 deste trabalho) e da formação histórica da região. Procura-se, então, operacionalizar estas variáveis com os dados existentes. Uma vez que esta operacionalização normalmente não é perfeita, torna-se necessário o uso de variáveis que apenas aproximam-se das que o pesquisador gostaria de obter(ou seja, empregar "proxies"). Por isso,devem ficar claros os possíveis impactos desta operacionalização imperfeita sobre os resultados da análise (i.e. relativizar as conclusões).

Cabe observar que a montagem de séries temporais, precisa ser feita com extremo cuidado já que mudanças nos métodos de coleta ou nos conceitos utilizados podem influenciar, drasticamente , os resultados. Por exemplo, Vetter (1980) mostra que houve uma

maior captação do rendimento familiar na PNAD de 1977 do que no Censo de 1970: (1) o conceito de rendimento é mais abrangente na PNAD de 1977 do que no Censo de 1970, e (2) a forma utilizada no levantamento, foi aprimorada, através da inclusão de perguntas específicas sobre cada tipo de rendimento. Assim sendo, torna-se essencial a análise dos questionários utilizados na coleta e, se for possível, dos manuais de instruções utilizados pelos entrevistadores, assim como, das definições dos conceitos nos anos relevantes.

Há uma grande quantidade de estudos que utilizam os dados destas fontes e que, por isso, explicam alguns dos problemas envolvidos no seu uso. Por exemplo, ver com relação ao censo industrial (Bonelli 1978, Vieira da Cunha e Bonelli 1978, Haddad 1974, Considera - 1980).

4.2 Apresentação do Plano Tabular Básico

O objetivo principal do Plano Tabular Básico é o de ajudar o usuário a iniciar a análise da sócio-economia regional. Naturalmente, deve-se adaptá-lo à região em questão. Por outro lado, todos os dados necessários para a geração das tabelas encontram-se publicados pelo IBGE ou por outra entidade.

Além deste plano tabular, tabelas de duas fontes básicas devem ser analisadas com bastante atenção: O Relatório de Indicadores Sociais (RIS) e O Anuário Estatístico do Brasil (AEB). Muitas das tabelas apresentadas nestas publicações ao nível nacional podem ser reproduzidas para a região de estudo. Novamente cabe enfatizar que a discussão dos conceitos utilizados nos levantamentos é, também, muito útil.

Faremos corresponder cada uma das tabelas a um ou mais

blocos analíticos. Com este processo ficará nítido a existência de muito mais informações sobre os Blocos Analíticos I (Região enquanto representação nacional) e IV (Relações intra-regionais) do que sobre os Blocos Analíticos II (Determinantes Nacionais) e III (Determinantes inter-regionais). Discutiremos, a seguir, a razão desta falta de informações nestes dois blocos, e os possíveis "proxies" que poderiam ser utilizadas para superar esta falta. Por exemplo, embora não haja dados sobre os fluxos de capital, sabe-se que se a capacidade instalada aumentou entre dois períodos (Censos de 1975 e 1980), ocorreram investimentos. Outras fontes de dados e entrevistas também poderiam ser utilizadas na determinação da origem dos investimentos.

Bloco Analítico I: A Região Enquanto Representação Nacional

A cobertura das informações do BA I no Plano Tabular Básico (PTB) é relativamente completa, como demonstra o Quadro A. Neste momento, o pesquisador poderia consultar a parte 3 deste Manual, com o objetivo de verificar a importância teórica de cada item do quadro.

Cabe lembrar aqui, a existência de métodos indiretos para a análise das exportações e da Base Econômica (Haddad 1974), que poderiam ser utilmente aplicados na análise do primeiro item.

Note-se, ainda, que a razão região/Brasil (RE/B) é um índice simples que permite a avaliação da percentagem da PEA ocupada no setor na RE em confronto com a percentagem total do setor (Brasil). Quando RE/B for maior do que 1,00 significará que a concentração neste setor é maior na RE do que no resto do Brasil. Por exemplo, 1,30 implica em que a percentagem no setor na RE é 30% maior do que a do total. Um valor de RE/B de 0,70 implica em que a percentagem no setor é apenas 70% da percentagem da PEA neste setor no Brasil.

QUADRO A

BLOCO ANALÍTICO I: A REGIÃO ENQUANTO REPRESENTAÇÃO NACIONAL

Item de análise	Comentários e relação com o Plano Tabular Básico (PTB)
1. Importações e exportações	Ver os comentários sobre os fluxos de mercadorias no Bloco III Ver também o quociente de localização na Tabela 4
2, 3 e 4. Sensibilidade regional às flutuações cíclicas, estrutura da produção	Ver tabelas 4 e 5 do PTB. As razões RE/B são interessantes . Ver texto para uma explicação
5. Estrutura ocupacional	Tabela 2
6. Distribuição de rendimento	Tabela 3 também poderia ser desdobrada segundo setor de atividade e/ou ocupação. Ver também, tabelas t e 7
7. Nível e padrões de consumo	Não incluídos no PTB, porém podem ser estudados com dados do ENDEF (Ver Relatório Social, IBGE)
8. Preços relativos	Não incluído no PTB, mas existem dados sobre estes preços no Anuário Estatístico

Existem muitas outras questões que poderiam ser levantadas e que não foram tratadas no Plano Tabular Básico. Neste sentido, os Quadros B e C apresentam questões e, também, as fontes de dados necessários para respondê-las. Indicamos fontes bibliográficas que contêm exemplos interessantes de análises realizadas com base nestes dados.

Por outro lado, devemos recordar os vários problemas associados ao uso combinado de dados dos censos econômicos, que são levantados nas empresas, com os dos censos demográficos ou das PNAD's, que são coletados nos domicílios (ver, por exemplo, o apêndice do trabalho de Cunha e Bonelli para uma avaliação mais detalhada destes problemas).

QUADRO B

A CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

Qual é a estrutura da exploração agropecuária?

Variáveis: Distribuição dos estabelecimentos segundo número de pessoas ocupadas; áreas de lavouras permanentes e temporárias; cabeças de bovinos; condição do produtor (ie, proprietário, arrendatário, parceiro, etc.); propriedade das terras; número de trateres ; uso de fertilizantes e defensivos; capacidade de armazenagem e estocagem.

Fontes: AEB e ver Quadro I no anexo A

Qual é o número de financiamentos concedidos aos estabelecimentos agropecuários da região e seu valor total, segundo tipo de produção?

Fontes: AEB e ver Quadro I no anexo A

Qual é a produção da agropecuária, da silvicultura, da extração vegetal e da pesca da região?

Variáveis: Área colhida; quantidade produzida; rendimento médio dos produtos agrícolas segundo tipo; produção de madeira em tora; carvão vegetal; lenha e cascas secas de acácia negra das espécies florestais plantadas; efetivo e valor dos rebanhos; efetivo de aves; produção de pescado.

Fontes: AER, capítulos 29 a 37; IBGE, Censo Agropecuário; IBGE, Produção Agrícola.

Qual é a produção das indústrias extrativas de minerais da região?

Variáveis: Pessoal ocupado; inversões de capital; despesas com salários; despesas com operações industriais; valor da produção; valor da transformação industrial; quantidade de produto produzido a.a.

Fontes: AER, capítulos 38 a 40; MME, Anuário Mineral Brasileiro

QUADRO C

A CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE PRODUÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO

Quem é o proprietário das empresas mais importantes da região?

Qual é o grau de dominância de empresas de capital estrangeiro em cada setor da indústria de transformação da região?

Fontes: Quem é Quem, Visão, publicada cada ano.

Metodologia: Considera (1980) apresenta um índice de dominância de empresas de capital estrangeiros que foi inicialmente desenvolvido por Maria da Conceição Tavares, et alii (citado no trabalho de Considera).

Qual é a parcela de lucros de cada indústria entre as indústrias de transformação da região?

Metodologia: Ver Considera (1980), Tabela 1. Seria interessante a reprodução desta Tabela para a região em questão, e sua comparação com os resultados nacionais.

Qual é o grau de concentração da produção e do pessoal ocupado dentro de cada uma das indústrias do setor?

Metodologia: Pode ser utilizado um índice mais complexo de concentração como o de Gini (ver Considera 1980) ou, simplesmente, ser calculada a parcela do valor da transformação industrial e do pessoal ocupado dos maiores grupos da região. Estes resultados podem ser comparados aos de nível nacional.

Qual é a relação capital/trabalho, na região, por tipos de indústria?

Metodologia: O indicador normalmente utilizado é energia elétrica dispendida por pessoa ocupada (Ver Considera 1980, Tabela 1, p.79). Há, também, dados sobre outros tipos de energia.

Qual é a relação entre salários e matérias primas no custo direto de produção por tipos de indústrias da região?

Qual é o nível salarial dos trabalhadores de cada indústria da região?

Dados: Existem várias Fontes de Dados: Censo Industrial; Ministério do Trabalho, Boletim Técnico do Centro de Documentação e Informática (apresenta dados da Lei 3 2/3); Censo Demográfico e PNAD's.

Bloco Analítico II: Determinantes Nacionais e Bloco Analítico III: Determinantes interregionais

Lamentavelmente, são escassas ou inexistentes, informações recentes sobre os diferentes componentes destes Blocos Analíticos como já foi mencionado.

- Contas Regionais e Análise Regional

Contas regionais são instrumentos importantes na análise regional. Como Richardson (1975, p.228) diz, "As contas regionais desempenham uma função similar às contas nacionais: isto é, proporcionam um fundamento para a análise regional da mesma forma que as contas nacionais criam uma base para o estudo da teoria macroeconômica". Infelizmente, no Brasil, a produção destas contas é feita irregularmente e seu grau de detalhamento é pequeno. Mesmo assim, alguns autores têm utilizado os resultados (por exemplo, ver Redwood III, 1977, pp. 485-550) que são normalmente divulgados com cinco a dez anos de atraso.

- Insumo-Produto e Economia Regional

Em teoria, a matriz de insumo-produto é um instrumento importante na análise regional e, por isso mesmo, existe uma literatura específica bastante extensa sobre os seus aspectos teóricos e técnicos. (Richardson 1978, Miernyk 1975, Haddad 1976). A matriz de insumo-produto pode ser utilizada na análise dos multiplicadores intersetoriais, de renda e de emprego (Haddad 1976, pp. 133-156). A figura 1 apresenta um modelo simplificado de uma matriz de insumo-produto de um região.

Infelizmente, inexistem matrizes de insumo-produto regional e não há planos de produzí-las a curto ou médio prazo. Devido a

FIGURA 1

A Estrutura Simplificada do Quadro de Insumo Produto de uma Região Hipotética (+)

Insumos	Produtos	DEMANDA INTERMEDIÁRIA Compras feitas por cada indústria ou setor localizada na região x						DEMANDA FINAL					(12)
		(1) A	(2) B	(3) C	(4) D	(5) E	(6) F	(7) Var. de estoque	(8) Consumo das famílias da região x	(9) Exportações	(10) Compras Governa / transferências subsídios	(11) Formação de Capitais privado	Produto Bruto
Vendas por cada indústria localizada na região x	(1) Indústria A	Valores das compras e vendas das indústrias localizadas na região x											
	(2) B												
	(3) C												
	(4) D												
	(5) E												
	(6) F												
(7) Variação de Estoques													
(8) Remuneração do Trabalho													
(9) Importações de outras indústrias ou setores em outras regiões													
(10) Pagamentos ao Governo (Impostos e Taxas)													
(11) Provisão para depeciação													
(12) Produto Bruto													

complexidade da construção de uma matriz de insumo-produto, a matriz nacional para 1975 não foi ainda publicada.

Há, no entanto, a intenção de incluir uma matriz de energia no interior da matriz intersetorial nacional, com base nos dados de 1975 (IBGE, 1981):

> "A Matriz de Energia, em elaboração no IBGE, se constitui em instrumental quantitativo que pretende dar subsídios para o tratamento da questão energética sob o ponto de vista das vinculações dos setores produtores de energia, tanto primária quanto secundária, com o restante do sistema econômico".

Porém, deve ser lembrado, aqui, o fato de que nesta época de crise, as relações intersetoriais mudam rapidamente. Assim sendo, as matrizes de 1970, 1975 e 1980 devem acusar diferenças substantivas. Em suma, até agora existe somente a matriz de relações intersetoriais de 1970 para o Brasil.

Por isso mesmo, acreditamos ser mais interessante o uso dos dados das fontes primárias em vez de matrizes ou contas regionais que encontram-se muito desatualizadas.

- Fluxos inter-estaduais de mercadorias por vias internas

Seria de todo interesse o conhecimento dos fluxos de mercadorias entre os Estados, o que permitiria a análise do balanço de pagamentos (ou seja, da relação entre importações e exportações). Porém, séries temporais recentes destes dados só existem para poucos Estados.

Embora as estatísticas de Fluxo de Mercadorias (Comércios por Vias Internas) sejam coletadas anualmente pelas agências es-

taduais de estatística, os resultados não tem sido tabulados ultimamente pelo DEICOM/IBGE.

Certas agências estaduais, como a do Paraná, analisam e publicam os resultados. Em alguns casos, talvez seja viável o uso de uma técnica de amostragem das notas fiscais do Estado. Porém, este é um processo oneroso em termos de tempo e dinheiro; não sendo, portanto, atraente para o usuário.

A SUDENE coleta dados sobre os fluxos de mercadorias controladas nas barreiras da polícia rodoviária, para todos os Estados do Nordeste.

Assim, muitas vezes não existem dados sobre os fluxos de capital, mercadorias, pessoas, etc., face ao difícil processo de coleta deste tipo de informação; mas, podem existir dados sobre os estoques no início e no fim do período, utilizáveis para o cálculo do aumento líquido. Ou seja, embora seja possível tirar uma série de "fotos" da região e de suas relações com a nação a partir de dados de pesquisas de corte transversal, não é viável a construção de um "filme" sobre sua realidade devido à falta de dados sobre fluxos. Mesmo assim, acreditamos que a comparação destas "fotos" seja interessante; podendo produzir "insights" importantes se for feita com bastante cuidado e, sempre levando-se em conta o arcabouço teórico e a formação histórica da região.

- Dados sobre Fluxos Migratórios

Existe uma abundância de dados sobre fluxos migratórios no volume 1 (Tomo 4) do Censo Demográfico de 1980. No entanto, devem ser analisados com muita atenção, os diferentes conceitos de "migrante" utilizados.

- Receitas e Despesas Públicas

A Divisão de Estudos de Simulação do IBGE(DT/SUEGE) gera um Sistema de Consolidação das Contas do Setor Público que apresenta dados de cada Unidade da Federação sobre:

Receitas: Correntes (tributos diretos e indiretos; transferências, etc.); de Capital(operações de crédito, alienação de bens, etc.)

Despesas: Correntes (consumo e transferências); de Capital (formação bruta de capital fixo, inversões, amortização da dívida pública).

Resende e Silva (1974) e outras publicações do IPEA apresentam análises dos dados e levantam questões importantes sobre o impacto do sistema fiscal sobre as desigualdades regionais.

Bloco Analítico IV: Relações Intra-regionais

Há muitos dados sobre a estrutura interna das regiões. Esta estrutura pode ser analisada através do mesmo tipo de informação utilizado no Bloco Analítico I; porém, com unidades de análise espacial menores (mesoregiões, microregiões ou municípios). O quadro D apresenta algumas questões gerais sobre a região que poderiam ser pertinentes para o desenvolvimento deste quadro. O grau de importância de cada item deve ser estabelecido pelo usuário.

A Tabela 1 do PTB permite a avaliação tanto da estrutura urbana da região e sua evolução no tempo, como o crescimento populacional. Obviamente, seria possível a realização de uma análise muito mais pormenorizada com base nos resultados dos Censos Demográficos. O Anuário Estatístico do Brasil (AEB) apresenta ainda muitos dados interessantes para o aprofundamento deste Bloco.

QUADRO D

AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO

ASPECTOS FÍSICOS

CLIMA

Qual é o meio ambiente da região?

Qual é o clima da região(temperatura, umidade, precipitação pluviométrica, etc.?)

Fonte: AEB, Capítulo 2, ou Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Meteorologia

RECURSOS NATURAIS E FONTES DE ENERGIA

Quais são as reservas de substâncias minerais metálicas da região?

Fonte: AEB, Capítulo 2, Tabelas 15 e 16 ou Ministério das Minas e Energia (MME)

Quais são as fontes de energia(eletricidade, gás, petróleo, carvão mineral ou vegetal da região?)

Fonte: AEB, Capítulos 45 a 49

Qual é o balanço de energia primária da região, segundo os tipos de fontes?

Metodologia: Simplesmente subtrair o consumo da produção de cada tipo de energia primária.

Fonte: Para energia elétrica ver OEB

Gás, Petróleo e Carvão Mineral: Petrobrás e MME, Conselho Nacional de Petróleo.

Carvão Vegetal: IBGE, Censo Agropecuário.

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

POPULAÇÃO

Qual é a distribuição etária da população da região?

Qual é a taxa de crescimento populacional segundo grupo etário da região?

Quais são os componentes de crescimento populacional (crescimento natural - nascimento menos óbitos - e migração líquido) da região?

Qual é a PEA da região?

Dados e Metodologia: Para um exemplo, do que pode ser feito com os dados dos censos e das PNAD's, ver o Relatório de Indicadores Sociais: 1979 , capítulo sobre População (Rio de Janeiro, IBGE).

ESTRUTURA URBANA E DO CAMPO

Qual é a distribuição das cidades da região segundo tamanho dentro da região e dentro do Brasil?

Quais são as Taxas de crescimento demográfico do município segundo situação (urbana ou rural)?

Qual é a Taxa de migração líquida?

Qual é a Taxa de crescimento natural?

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL DA REGIÃO

FÍSICA

Qual é a Extensão da rede ferroviária e, ainda, o tipo de material rodlante, o volume do transporte efetivo e quilométrico, a densidade média de tráfego, o consumo por tipo de energia?

Qual é a Extensão da rede ferroviária, da frota de veículos por classes, etc.?

Qual é a capacidade dos portos da região (condições hidrográficas e de acostagem, número de guindastes elétricos , carga movimentada, etc.)?

Quantos Aeroportos existem na região?

Fontes: Ver AEB

SOCIAL

Um conjunto de questões poderá ser levantado pelo analista referentes aos seguintes itens:

. escolas

. hospitais

. atividades culturais, etc.

4.3 Sugestões de Tabelas a serem montadas

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 1

Evolução da população segundo tamanho do município, da aglomeração urbana ou da região metropolitana de residência

Região de Estudo (RE)

1960/1970/1980

Grupos de tamanho do município, da aglomeração urbana ou da região metropolitana de residência	1960	1970	1980	Variação			
				1960/70		1970/80	
				Abs.	%	Abs.	%
Total							
Até 5000							
Mais de 5000 a 20000							
Mais de 20.000 a 50.000							
Mais de 50.000 a 100.000							
Mais de 100.000 a 500.000							
Mais de 500.000 a 1 milhão							
Mais de 1 milhão							

Fonte de Dados: Censo Demográfico

Nota: Ver Indicadores Sociais para as Áreas Urbanas (Rio: IBGE,1977) para relação das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, em 1970.

As vezes estas aglomerações de municípios correspondem às microregiões, o que simplifica a montagem da tabela.

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 2

Evolução da PEA segundo Setor de Atividade

Região de Estudo (RE) e Brasil (B) exclusivo RE

1970/1980

Setor de Atividade (a)	1970	1980	Variação 1970/80	
			Absoluta	%
Primário Absoluto (RE)				
% do total da PEA				
RE				
B				
RE/B				
Secundário				
Extrativa Mineral				
Abs.				
% RE				
B				
RE/B				
Indústria de Transformação				
Abs.				
% RE				
B				
RE/B				
Terciário				
Serviços de Consumo				
Abs.				
% RE, etc.				
Atividades mal definidas				

Fontes: Censos Demográficos. Para anos mais recentes ver PNAD's

a) Naturalmente podem ser utilizados setores menos agregados. Ver O Relatório de Indicadores Sociais: 1979 (Rio: IBGE, 1979) para uma discussão dos conceitos utilizados.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 3

A População Economicamente Ativa (PEA) segundo rendimento Médio Mensal

Região de Estudo (RE) e Brasil (B) exclusivo RE

1980 (ou data da PNAD mais recente)

Rendimento Médio Mensal (em Salários Mínimos)	Região de Estudo		Brasil	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total		100,0		100,0
Até 1				
Mais de 1 a 2				
Mais de 2 a 3				
Mais de 3 a 5				
Mais de 5 a 10				
Mais de 10				

Fonte: Ver Censo Demográfico de 1980, Resultados Definitivos, PEA.
Para uma discussão dos conceitos, ver o Relatório de Indicadores Sociais: 1979, capítulo sobre distribuição de renda.

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 4

Evolução da indústria de transformação: Valor da Transformação Industrial, Pessoal Ocupado, Concentração intra-industrial

Região de Estudo (RE) e Brasil (B)

1959/1970/1975/1980

Gêneros Industriais Regiões	59	70	75	80	Variação					
					59/75		70/75		75/80	
					abs.	%	abs.	%	abs.	%
Total da Industrial de Transformação										
Valor da Transformação Industrial										
RE										
B										
RE/B										
Pessoal Ocupado										
RE										
B										
RE/B										
Concentração (a)										
RE										
B										
RE/B										
Uso de Energia										
Tipo A (quantidade										
RE										
B										
RE/B										
Tipo B (etc.)										
Força Motriz instalada (b)										
Motores Primários										
RE										
B										
RE/B										
Salário Médio do Pessoal ligado a produção (c)										
RE										
B										
RE/B										
O quociente locacional (pessoal ocupado)										
RE (d)										
B (e)										
RE/B (f)										

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 4 (continuação)

Gêneros Industriais / Regiões	59	70	75	80	Variação					
					59/75		70/75		75/80	
					abs.	%	abs.	%	abs.	%
Minerais não Metálicos (VTI)etc.										
RE										
B										
RE/B										
O quociente locacional (VTI)										
RE										
B										
RE/B										
Metalurgia (VTI) (etc.)										
RE										
B										
RE/B										

TABELA 4 (continuação)

(a) Proporção do VTT nos dois grupos maiores (em termos de VTI) na região.

(b) em total de C.V.

(c) despesa com salário do pessoal ligado à produção/média mensal do pessoal ocupado.

(d) total do pessoal ocupado na indústria i na RE/total do pessoal ocupado na RE na indústria de transformação.

(e) total do pessoal ocupado na indústria i no Brasil/total do pessoal ocupado no Brasil.

(f) coeficiente de localização do pessoal ocupado. Naturalmente, seria calculado somente para cada setor industrial da indústria de transformação.

(g) VTI da indústria i na RE/VTI total da indústria de transformação da indústria na RE

(h) VTI da indústria i no Brasil/VTI total da indústria de transformação no Brasil.

Fonte: O Censo Industrial de Cada Ano.

PLANO TABULAR BÁSICO

TABELA 5

Evolução do Agropecuário

Região de Estudos (RE)

1960/1970/1975/1980

Propriedade das Terras Condição do Responsável e Grupos de Área Total	Estabelecimentos (E) e Áres (A)						
					Variação		
	1960	1970	1975	1980	60/70	70/75	75/80
	E|A	E|A	E|A	E|A	E|A	E|A	E|A
Total							
Propriedade das Terras Individual							
Outra Propriedade particular							
Entidade Pública							
Sem Declaração							
Condição do Responsável							
Proprietário							
Arrendatário Ocupante							
Administrador							
Grupos de Áres Total (ha)							
Menos de 10							
10 a menos de 100							
100 a menos de 1000							
1000 a menos de 10.000							
10.000 a mais							
Classe de Atividades							
Economia e Gênero de Atividade							
Agricultura							
Agropecuário							
Agave							
Algodão,							
etc.							
Número de Tratores							
De menos de 10 C.V.							
10 a menos de 50 C.V.							
50 amenos de 100 C.V.							
de 100 C.V. e mais							

Fonte: Ver AER e o Censo Agropecuário para cada ano

PLANO TABULAR BÁSICO

Tabela 6

Famílias Residentes em Domicílios Particulares Permanentes, segundo Grupos de Rendimento Médio/Mensal Familiar

Região de Estudo (RE) e Brasil (B)
1980

Rendimento Médio/Mensal Familiar (em Salários Mínimos)	Região de Estudo		Brasil	
	Abs.	%	Abs.	%
Total		100.0		
Até 1/2				
Mais de 1/2 a 1				
Mais de 1 a 2				
Mais de 2 a 3				
Mais de 3 a 5				
Mais de 5 a 10				
Mais de 10				

FONTE: Ver Censo Demográfico de 1980, Resultados Definitivos, Famílias.

PLANO TABULAR BÁSICO

Tabela 7

A Evolução da Posse de Bens Duráveis: Fogão segundo tipo de Energia, Automóvel, Geladeira, Televisão, Rádio

Região de Estudo (RE) e Brasil (B)
1970/1980

TIPO DE BEM DURÁVEL	1970	1980	Variação 1970/80	
			Abs.	%
Com Fogão				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Fogão de Gás				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Fogão de Lenha				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Fogão de Lenha				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Fogão de Carvão				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Outro Tipo				
Abs. %				
Com Automóvel				
Abs. %				
RE				
B				
RE/B				
Com Geladeira : etc.				
Com Televisão : etc.				
Com Rádio				

ANEXO

QUADRO I

ALGUMAS FONTES DE DADOS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS NA ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA

SETOR	FONTE	PERIODICIDADE	ALGUMAS DAS VARIÁVEIS PRINCIPAIS	UNID.ANÁLISE ESPACIAL
Agropecuário, Silvicultura, Extração Vegetal e Pesca	IBGE, Censo Agropecuário (Ver também o Anuário Estístico do Brasil AEB)	Quinquenal (resultado de 1980 devem sair em 1984)	Área Total dos estabelecimentos, propriedade das terras, utilização das terras, terras irrigadas, associação a cooperativas, pessoal ocupado, utilização de pessoal temporário, fertilizantes, conservação do solo, veículos, energia elétrica, combustíveis, despesas, produção, transformação e beneficiamento de produtos agropecuários, etc.	Unidade da Federação (UF), Mesoregião, Microregiões e Municípios
	IBGE, Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes	Anual	Área colhida, quantidade produzida, rendimento médio segundo tipo de produto agrícola	UF, Mesoregiões, Microregiões e Municípios
	e Produção da Pecuária Municipal	Anual	* Financiamentos concedidos a produtores pelo sistema Nacional de Crédito Rural	UF (publicado)
Industrias Extrativas de Minerais	Ministério das Minas e Energia, Anuário Mineral Brasileiro. Ver AEB	Anual	Produção mineral, comércio exterior, investimentos, financiamentos concedidos, mão-de-obra ocupada, transformação nas minas	UF
Indústrias de Transformação	IBGE, Censo Industrial	Quinquenal (resultados de 1980 devem sair em 1984)	Constituição jurídica, inversões de Capital, período de funcionamento, pessoal ocupado, variação do pessoal ocupado, despesas com salários, despesas com outras remunerações, despesas diversas, força motriz, energia elétrica, despesas de consumo, custo dos serviços contratados, valor da produção, valor da transformação industrial, distribuição da produção e estoques	UF, Mesoregiões, Microregiões e Municípios
	IBGE, Pesquisa Industrial	Mensal	Inversões de capital, desinvestimentos, pessoal ocupado, salários e vencimentos pagos, despesas diversas, energia elétrica consumida, valor da produção, vendas realizadas, valor dos estoques, despesas operacionais e o valor de transformação industrial (obtido indiretamente) Indicadores conjunturais da indústria	Nordeste, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul
Indústria da Construção	IBGE, Inquérito Mensal sobre Edificações	Mensal	Áreas das edificações residenciais e não residenciais, utilização (residencial, industrial, comercial, etc.) número de andares, vagas na garagem, etc.	UF, municipal
Energia	Ver AEB		Balanço energético eletricidade, gás, petróleo, carvão mineral	UF
Prestação de Serviços	Censo de Serviços	Quinquenal	Número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salário, valor da receita despesas diversas, despesas com energia elétrica, custo dos serviços contratados	UF, Microregiões, Mesoregiões e Municípios
Prestação de Serviços (Hospedagem)	IBGE, Pesquisa de Meios de Hospedagem Ver também AEB	Anual	Estabelecimentos, pessoal ocupado, inversões em capital, receita e despesas	UF
Comércio	IBGE, Censo Comercial	Quinquenal	Estabelecimentos, constituição jurídica, investimentos, desinvestimentos, capital aplicado, período de funcionamento, pessoal ocupado, salários, vencimentos e outras remunerações, energia elétrica, meios de transporte, vendas e transferência, receitas, impostos e estoques	UF, Mesoregiões, Microregiões e Municípios

* Fonte: Banco Central e AEB

- Continua -

QUADRO I - Continuação

ALGUMAS FONTES DE DADOS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS NA ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICO

SETOR	FONTE	PERIODICIDADE	ALGUMAS DAS VARIÁVEIS PRINCIPAIS	UNID.ANÁLISE ESPACIAL
Comércio Exterior	Centro de Informações Econômicos e Fiscais do Ministério da Fazenda	Anual	Quantidade e valor da exportação e importação, tipo de produto, países de destino, local de entrada	
	Estatística do Comércio Exterior		Fluxo geral, exportação e importação por tipo de mercadoria	UF
Comércio Interior (cabotagem)	Ministério dos Transportes Superintendência da Marinha Mercante	Anual	Extensão das redes, passageiros, frota de veículos, etc.	
Transportes	Ver AEB			
Comunicação	Ver AEB			
Contas do Setor Público	DIESI/SUEGE/DT/IBGE	Anual	Receitas correntes e receitas de capital, despesas correntes, despesas de capital, transferências correntes, segundo nível governamental e setor	UF
Estatísticas Econômicas do Governo Estadual e Municipal	IBGE, Orçamentos Estaduais e Municipais	Anual	Despesas e Receitas	UF e alguns municípios
	IBGE, Balanços Estaduais		Versão analítica da Despesa Realizada	
Preços Médios e indicadores de preços	IBGE, AEB		Preços segundo tipo de produto	Capitais das UF's
Rendimento, bens duráveis	IBGE, Censo Demográfico	Decenal	Rendimento da PEA e de famílias, posse de bens duráveis, etc.	UF, mesoregiões, microregiões e municípios
	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	Anual	Rendimento da PEA, e de famílias, posse de bens duráveis, etc.	Regiões de PNAD e 10 Estados

BIBLIOGRAFIA

Paulo Vieira da Cunha e Regis Bonelli, "Estrutura de Salários Industriais no Brasil: Um Estudo sobre a Distribuição de Salários Médios em 1970", Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE). Vol 8, Abril, 1978, pp. 117-168.

Paulo R. Haddad(editor), Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro. Série Monográfica nº 28 (Rio,IPEA,1974).

Claudio M. Considera, "Estrutura e Evolução dos Lucros e dos Salários na Indústria de Transformação, PPE, Vol. 10 (Abril, 1980), pp. 71-122.

José Graziano da Silva e Angela A. Kageyama, "Emprego e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira: Uma Análise dos Dados Censitários de 1960,1970 e 1975", PPE, Vol.13, Abril,1983,pp.235-266

David. E.Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Relatório de Pesquisa nº 20, Rio, IPEA, 1974)

Harry W. Richardson, Economia Regional (rio, Zahar, 1975).

R. Cavalcanti de Albuquerque e C. de Vasconcelos Cavalcanti, Desenvolvimento Regional no Brasil. 2a.edição. Estudos de Planejamento nº 16 (Rio: IPEA, 1978)

Paulo R. Haddad (editor) Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial - Série Monográfica nº 16 (Rio: IPEA, 1975).

F.A.Rezende da Silva e Maria da Conceição Silva, O Sistema Tributário e As Desigualdades Regionais: Uma Análise da Recente Controvérsia sobre o ICM; Série Monográfica nº 13 (Rio: IPEA,74).

Regis Bonelli, "Mais Dificuldades na Interpretação dos dados da Indústria", PPE, Vol.8 (Agosto, 1978), pp. 505-524.

Regis Bonelli, "Algumas Dificuldades da Interpretação dos Dados sobre a Indústria de Transformação nas Contas Nacionais, PPE, Vol. 1, dezembro, 1971.

IBGE, Matriz de Relações Intersetoriais: Brasil (Rio: IBGE, 1979).

IBGE, Relatório de Indicadores Sociais: 1979 (Rio: IBGE, 1979).

IBGE, Indicadores Sociais para as Áreas Urbanas (Rio: IBGE, 1977).

IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (Rio: IBGE, 1982).

IBGE, Notas sobre o Projeto de Elaboração da Matriz de Energia de 1975, Departamento de Estatísticas Derivadas e Estudos Econômicos, Rio, IBGE, 1981, Xerox.

H.W.Richardson, Insumo-Produto e Economia Regional (Rio: Zahar, 1978)

P.R.Haddad, Contabilidade Social e Economia Regional: Análise de Insumo-Produto (Rio: Zahar, 1976).

W.H.Miernyk, Elementos de Análise do Insumo-Produto (São Paulo: Atlas 1974).

Ministério do Interior - SUDESUL, Agregados econômicos regionais : renda interna. Porto Alegre, 1977.

Fundação Getúlio Vargas, Metodologia Empregada nos Principais Agregados das Contas Nacionais e Regionais, FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Divisão de Contabilidade Social, Centro de Contas Nacionais, Rio de Janeiro, 1978.

John Redwood III, "Evolução Recente das Disparidades de Renda Regional no Brasil", PPE, Vol. 7 (dezembro/1977), pp. 485-550.

David Michael Vetter, "O Aumento do Hiato Entre o Custo da Habitação e a Capacidade de Pagamento em Domicílios de Baixo Rendimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 1970/77", IX Encontro Nacional de Economia (ANPEC, 1981), pp. 959-980.